



# Relatório de Atividades 2016

Instituto Superior de Ciências Policiais  
e Segurança Interna



# Relatório de Atividades 2016

## Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

### Ficha técnica

**Título** | Relatório de Atividades ISCPSI - 2016

**Promotor**

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Supervisão** | Superintendente Pedro Teixeira  
Diretor Adjunto do ISCPSI

**Elaboração** | Técnico Superior António Valente  
Chefe do Núcleo de Avaliação e Qualidade

**Contributos** | Unidades orgânicas do ISCPSI

**Data** | 19 de abril de 2017

## Siglas e abreviaturas

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AEPC	Associação Europeia dos Colégios de Polícia
AMERIPOL	Comunidade de Polícias da América
CAL	Corpo de Alunos
CCDP	Curso de Comando e Direção Policial
CDEP	Curso de Direção e Estratégia Policial
CEF	Ciclo de Estudo em Funcionamento
CEPOL	Academia Europeia de Polícia
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CMCP (NI)	Curso de Mestrado em Ciências Policiais (Não Integrado)
CMICP	Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DE	Direção de Ensino
DGF	Departamento de Gestão Financeira
EA	Equipa de Autoavaliação
ENQA	<i>European Association for Quality Assurance in Higher Education</i>
ESG	<i>European Standards and Guidelines</i>
ESP	Escola Superior de Polícia
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
GPP	Gabinete Psicopedagógico
GT2	Grupo de Trabalho para a Qualidade do Ensino Superior
IBERPOL	Escola Ibero-Americana de Polícia
ICPOL	Centro de Investigação
IES	Instituição de Ensino Superior
INTERPA	<i>International Association of Police Academies</i>
ISCP SI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
I & D	Investigação e Desenvolvimento
LTP	Laboratório Tecnológico Policial
MAI	Ministério da Administração Interna
MCP (NI)	Mestrado em Ciências Policiais (Não Integrado)
MICP	Mestrado Integrado em Ciências Policiais
NAQ	Núcleo de Avaliação e Qualidade
NDD	Núcleo de Deontologia e Disciplina
NGF	Núcleo de Gestão Financeira
NRE	Núcleo de Relações Exteriores
NSIC	Núcleo de Sistemas de Informação e Comunicações
OE	Orçamento de Estado
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público

RS	Responsabilidade Social
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIGQ	Sistema Interno de Garantia da Qualidade
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia

## Índice Geral

Índice Geral .....	5
Índice de Tabelas .....	7
Índice de Gráficos .....	7
Índice de Figuras .....	8
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>9</b>
<b>I – NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>11</b>
<b>II. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL .....</b>	<b>14</b>
1. Missão, visão e valores .....	15
2. Análise dos <i>Stakeholders</i> .....	18
3. Análise <i>SWOT</i> .....	20
4. Vetores e opções estratégicas .....	21
5. Objetivos .....	21
6. Estrutura organizacional.....	23
7. Efemérides .....	24
<b>III – AUTOAVALIAÇÃO - OBJETIVOS, ATIVIDADES, RECURSOS E RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
1. Atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e respetivos resultados.....	25
1.1. Ensino Superior Universitário [DE e ICPOL].....	25
1.1.1. Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais [DE] .....	25
1.1.2. Curso de Mestrado em Ciências Policiais [ICPOL].....	28
1.2. Formação ao longo da vida/ Cursos de promoção, especialização e aperfeiçoamento [DE] 30	
1.2.1. Curso de promoção – Curso de Comando e Direção Policial [DE] .....	30
1.3. Investigação Científica [ICPOL] .....	31
1.3.1. Cursos & Eventos científicos .....	31
1.3.2. Projetos e linhas de investigação & desenvolvimento.....	32
1.4. Publicações Científicas [ICPOL].....	34
1.5. Internacionalização - Cooperação Internacional [DE, ICPOL e NRE].....	34
1.5.1. Países de língua oficial portuguesa.....	35
1.5.2. Academia Europeia de Polícia.....	35
1.5.3. Associação Europeia dos Colégios de Polícia.....	36
1.5.4. Projetos e atividades formativas com outras entidades internacionais .....	36
1.5.5. Cooperação com instituições universitárias internacionais [ICPOL] .....	37
2. Atividades de apoio ao ensino, à investigação científica e à internacionalização e respetivos resultados .....	37
2.1. Direção de Ensino [DE] .....	38
2.1.1. Promoção de tecnologias de informação e comunicação - Plataforma E-learning .....	39
2.2. Centro de Investigação [ICPOL].....	40
2.2.1 Departamentos Científicos de Investigação (DCI).....	40
2.2.2 Centro de Documentação e Informação (CDI) .....	41
2.3. Corpo de Alunos [CAL] .....	42
2.4. Direção dos Serviços de Administração [DSA] .....	48
2.4.1. Gestão Financeira [NGF] .....	48
2.4.2. Logística [NL].....	49
2.4.3. Sistemas de Informação e Comunicação [NSIC] .....	50
2.5. Núcleos de Apoio ao Diretor [NAD] .....	51
2.5.1. Deontologia e Disciplina [NDD].....	51
2.5.2. Relações Exteriores [NRE] .....	52
2.5.3. Avaliação e Qualidade [NAQ] .....	52

2.5.4. Tradução [GTD] .....	54
3. Resultados dos objetivos delineados pela DNPSP para o ISCPSP.....	55
4. Apreciação/Grau de satisfação dos estudantes, colaboradores e parceiros institucionais.....	58
4.1. Satisfação dos clientes/estudantes.....	58
4.2. Satisfação dos colaboradores .....	59
4.3. Satisfação dos parceiros institucionais .....	60
5. Recursos.....	61
5.1. Recursos Humanos .....	61
5.2. Recursos Financeiros.....	63
6. Avaliação e acreditação de ciclos de estudo.....	64
<b>IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO I – Relatório de Atividades do ICPOL- Centro de Investigação  2016 .....</b>	<b>69</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1   Visão e vetores estratégicos.....	21
Tabela 2   Calendarização das cerimónias para 2016 .....	24
Tabela 3   Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2015-16 (VA) .....	26
Tabela 4   Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2015-16 (VA) .....	26
Tabela 5   Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2016-17 (VA) .....	26
Tabela 6   Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2016-17 (VA) .....	27
Tabela 7   Distribuição dos Mestrandos do VIII CMCP (NI), por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2016-17 (2.º ano curricular) (VA).....	29
Tabela 8   Distribuição dos Mestrandos do IX CMCP (NI), por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2016-17 (1.º ano curricular) (VA).....	29
Tabela 9   Distribuição dos mestrandos do CMCP ao longo dos anos, por especializações.	30
Tabela 10   Áreas temáticas de atividade da DE – 2016.....	38
Tabela 11   Biblioteca - Visitas, requisições e pesquisas 2016 .....	42
Tabela 12   Processos de sanidade, disciplinar e administrativos - 2016.....	51
Tabela 13   Alinhamento dos objetivos, indicadores e metas com os objetivos estratégicos da PSP – 2016.....	56
Tabela 14   Número de funcionários não docentes, por categoria e serviço - 2016.....	62
Tabela 15   Execução orçamental – 2012/2016 (variação % anual) .....	63
Tabela 16   Receitas próprias – 2012/2016 (variação % anual).....	64

## Índice de Gráficos

Gráfico 1   Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por ano de frequência (%) .....	27
Gráfico 2   Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por nacionalidade (%) .....	27
Gráfico 3   Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por nacionalidade e género (%) .....	28
Gráfico 4   Metas e resultados alcançados, por indicador - ISCPSP - 2016 .....	57
Gráfico 5   Grau de satisfação global/média dos estudantes, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 2 (satisfação)] (%) .....	59
Gráfico 6   Grau de satisfação global/média dos colaboradores, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 2 (satisfação)] (%).....	60
Gráfico 7   Grau de satisfação global/média dos parceiros institucionais, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 2 (satisfação)] (%).....	61
Gráfico 8   Representatividade das carreiras profissionais no universo dos recursos humanos do ISCPSP - 2016 .....	62

## Índice de Figuras

Figura 1   <i>Stakeholders</i> do ISCPSI.....	19
Figura 2   Análise SWOT .....	20
Figura 3   Estrutura macro organizacional do ISCPSI.....	23

## **PREFÁCIO**

No âmbito do ciclo anual de gestão dos serviços da Administração Pública, e de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, cada serviço público executa a sua autoavaliação relativa ao ano pretérito, no quadro do ciclo de gestão anual por objetivos das organizações públicas.

Por sua vez, e nos termos do corpo do art.º 159.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, as Instituições de Ensino Superior (IES) aprovam e publicam o relatório anual das suas atividades.

Neste sentido, nos termos da legislação vigente e, sobretudo, por um imperativo ético de prestação de contas à comunidade, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) apresenta ora, seu Relatório Anual de Atividades, adentro do qual se integra o do seu Centro de Investigação (ICPOL), o qual, face aos objetivos traçados e atividades previstas no seu Plano de Atividades para o ano findo, descreve, de modo sucinto, as atividades relevantes realizadas e os resultados alcançados em 2016, bem como os recursos humanos, financeiros e logísticos mobilizados para a prossecução dessas atividades, não apenas dos objetivos e atividades inerentes a um estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Policial, mas também os decorrentes de ser uma unidade orgânica autónoma da Polícia de Segurança Pública (PSP).

O presente documento, além de retratar, de forma sumária, a natureza, a missão, a visão, os valores, os *stakeholders*, vetores e os eixos estratégicos deste Instituto, contempla um conjunto de elementos que realçam o papel essencial e único que o ISCPSI representa ao nível do ensino superior e da produção científica nas áreas das ciências policiais e da segurança interna.

Paralelamente, e de forma integrada com a estratégia que este Instituto tem prosseguido, tem-se vindo a desenvolver um conjunto de processos e procedimentos, que, de acordo com o quadro normativo da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), promovem e garantem a qualidade deste Instituto e dos seus ciclos de estudo, caminhando-se no sentido de um efetivo Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ), assente em metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação que potenciem um processo de melhoria contínua.

Neste âmbito, em 2016, desenvolveram-se novos instrumentos de gestão e de avaliação pedagógica, bem como se deu continuidade à implementação do projeto da Qualidade no ISCPSI (Q-ISCPSI), sendo certo que, em 2017, decorrerá o processo de avaliação e

acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento neste Instituto, além da avaliação institucional, por parte da A3ES.

Descrevem-se ainda no presente as atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização desenvolvidas neste Instituto.

Nesta breve análise, é de referir ainda, por um lado, as restrições de ordem financeira e, por outro, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos profissionais que aqui laboram, sendo certo que se afigura central a aposta na qualificação dos recursos humanos, mormente em áreas específicas de maior complexidade técnica. Estes, a par de outros fatores, potenciam um desenvolvimento integrado e dinâmico do Instituto e, logo, a qualidade do seu desempenho.

Num devir próximo, há que continuar a consolidar indicadores de gestão de apoio à decisão e fomentadores da qualidade, como valor a preservar por este Instituto e por toda a equipa de colaboradores.

E, assim, em 2016, se cumpriram os objetivos institucionais, em prol da missão do ISCPSI e da PSP.

Lisboa e ISCPSI, 19 de abril de 2017  
O Diretor

Pedro José Lopes Clemente  
Superintendente-Chefe

## I – NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) é um estabelecimento de ensino superior público universitário policial, que, embora integrado na orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP), está dotado de autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, patrimonial e disciplinar.

O ISCPSI, doravante designado por Instituto, sucedeu à Escola Superior de Polícia (idealizada em 1979 e criada pela República em 1982) e tem vindo a expandir o seu quadro de atribuições. Se, na sua *genesis*, era objetivo primordial “*A necessidade de constituir um corpo de oficiais com formação específica destinado a integrar e comandar a Polícia de Segurança Pública (...)*”<sup>1</sup>, hoje, o quadro de atribuições legais foi amplificado numa dupla dimensão: a interna e a externa.

Internamente, além de continuar a garantir a exigente formação inicial, de progressão e de especialização aos oficiais de polícia ao longo da sua carreira profissional, passou também a disponibilizar o conhecimento à sociedade civil em matéria de segurança, mediante a realização de mestrados não integrados em ciências policiais – nas especializações de Segurança Interna, Gestão da Segurança, Criminologia e Investigação Criminal – e de múltiplos cursos avançados nos mais diversos domínios da segurança. Desta forma, o Instituto tem vindo a reforçar a capacidade de interagir com uma pluralidade de atores, privados ou públicos (administração central, regional ou local), com responsabilidades na coprodução de segurança.

O ensino superior público universitário policial registou, desde a sua criação, uma profunda evolução designadamente o seu ciclo de estudos em Ciências Policiais e nas suas estruturas de suporte académico, a par do desenvolvimento de uma produção científica revelante, acompanhando a reforma do sistema de ensino superior universitário português, na consequência da adoção do Processo de Bolonha, em 1999. Hoje em dia, o ingresso na carreira de oficial de polícia na PSP faz-se com a habilitação mínima do grau de mestre, após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP).

Tendo em conta as suas especificidades próprias, a formação na PSP desdobra-se em formação inicial, quer de oficiais, quer de agentes, e em formação de progressão ou promoção, bem como na formação de especialização e aperfeiçoamento profissionais. Nesse registo, a formação policial integra a formação inicial de oficiais de polícia, a qual

---

<sup>1</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 275/2009 de 2 de Outubro.

não se limita apenas à transmissão de saberes, de técnicas e de boas práticas e visa, também, a interiorização dos valores institucionais de serviço à República e de defesa dos direitos dos cidadãos e da legalidade democrática. Assim, a formação inicial dos oficiais de polícia requer o desenvolvimento de diversas competências e capacidades, nomeadamente as de comando de operações policiais complexas, de grandes eventos, e a gestão proficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis, num domínio essencial da soberania do Estado democrático e de afirmação da cidadania, ou seja, a formação de oficial de polícia é para uma carreira e não só para o exercício de uma profissão.

Naturalmente, o ensino superior público universitário policial possui especificidades próprias, decorrentes quer do tipo de formação ministrada, que abrange, inclusivamente, a área comportamental, quer da compaginação com a missão policial e as necessidades da PSP, convergindo no demais com o ensino superior público universitário. Assim sendo, o ensino superior público universitário policial foca-se, em concreto, não só numa formação científica de qualidade, mas também no permanente desenvolvimento de uma educação ética e deontológica sólida e numa preparação física e técnico-policial exigente.

Na ótica externa, o Instituto continua empenhado em contribuir e valorizar a importante dimensão de cooperação portuguesa no mundo, a qual assenta em três pilares estratégicos: integração europeia, relação transatlântica e espaço lusófono. Neste domínio, destacamos o nosso envolvimento na formação de quadros superiores das forças de segurança dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (contributo nacional para a reforma do setor da segurança) e, mais recentemente, o reconhecimento unânime dos parceiros europeus ao depositarem no Instituto a responsabilidade de coordenar o *European Joint Master Programme – Policing In Europe*.

Merece, igual destaque, o progressivo empenho do Instituto junto da sociedade civil, partilhando conhecimentos e saberes e, desta forma, contribuindo para a construção de um pensar e agir únicos na área da segurança interna em Portugal.

Este é, pois, o contexto em que se enquadram as atividades desenvolvidas pelo Instituto.

O presente documento, descreve, seguidamente, as atividades realizadas ao longo do ano transato e enquadra-se no ciclo de gestão anual do Instituto, relativo a 2016.

Encontra-se organizado e estruturado, da seguinte forma:

- Prefácio;
- Nota introdutória;
- Breve análise institucional;
- Autoavaliação - Objetivos, atividades, recursos e resultados;

- Considerações finais.

Contempla, além de informação enquadradora da missão deste estabelecimento de ensino superior universitário, um conjunto de dados relativos às atividades desenvolvidas pelos diversos serviços do Instituto ao longo de 2016, bem como informação relativa aos resultados dos objetivos operacionais e respetivos indicadores delineados pela Direção Nacional da PSP para o Instituto, além dos resultados dos inquéritos de satisfação aplicados, pela 1ª vez, aos seus clientes/estudantes, colaboradores e parceiros institucionais.

Descrevem-se os dados relativos à essência da missão deste Instituto, designadamente aos (i) cursos de mestrado lecionados, ao (ii) curso de promoção de comando e direção policial, à (iii) cooperação internacional e à (iv) atividade científica.

Reportam-se ainda as atividades que permitiram a prossecução dos objetivos decorrentes da missão do Instituto, nomeadamente as de (i) acompanhamento e apoio aos alunos, de (ii) ordem financeira, logística e recursos humanos, de (iii) promoção e operabilidade das tecnologias de informação e comunicação, de (iv) avaliação da qualidade dos Cursos de Mestrado, de (v) deontologia e disciplina e de (vi) tradução.

Ao presente relatório de atividades é ainda apenso (em volume próprio) o relatório de atividades do Centro de Investigação (ICPOL), que decorre do regime da investigação científica em Portugal.

## II. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

O Instituto é uma instituição de ensino superior público universitário policial, sucessor da Escola Superior de Polícia (ESP), criada em 1982, para formar quadros próprios na carreira de oficial de polícia para a PSP (formação inicial, de progressão e de especialização), dotando-os de conhecimento e competências específicas no domínio da Segurança e da PSP.

Após um quarto de século de experiência consolidada, em 2009, o rol de atribuições do Instituto foi alargado, assumindo um maior envolvimento na formação de quadros superiores das forças policiais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e um maior empenho nas atividades desenvolvidas pela CEPOL, a par da abertura à sociedade civil, de forma a desenvolver um pensamento nacional na área científica da segurança interna e do agir policial.

Fruto da experiência, nacional e internacional, acumulada ao longo de mais de trinta anos de atividades académicas, o Instituto ergueu o conceito de Ciências Policiais - *corpo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização e a ação policial e os fins inerentes à segurança interna, cujo estudo científico contribui para a edificação de princípios e padrões de atuação, suportados em lógicas epistémicas, tendo por referência os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a defesa da legalidade democrática* -, o qual ora se encontra consolidado em Portugal e alinhado com o pensamento europeu policial nessa matéria.

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP) tem respondido às crescentes exigências e dinâmicas da sociedade em matéria de segurança. No entanto, importa destacar que o Instituto forma oficiais de polícia ao longo da carreira e, nesta perspetiva, atentos ao seu descritivo funcional em matéria de competências legais, impõe-se formar profissionais para liderar, comandar e gerir as unidades, subunidades e os serviços policiais em todo o território nacional e no estrangeiro, quando sejam nomeados para missões de serviço em organizações internacionais. Formar líderes e comandantes ultrapassa o mero *saber*, daí que o CMICP seja uma das componentes de um projeto formativo mais abrangente: o CFOP.

Em resumo, é de assinalar que o Instituto forma oficiais de polícia ao longo de uma carreira, não só para o *saber*, mas também para o *ser* e o *fazer*, preparando-os para ambientes marcados pela permanente mutação das ameaças e riscos e de elevada incerteza.

A qualidade do projeto formativo do Instituto, a par da sua capacidade de organização, mereceu, em 2016, o reconhecimento da CEPOL ao atribuir a este Instituto a responsabilidade de coordenar as duas primeiras edições do *European Joint Master Programme – Policing in Europe*.

O Instituto tem personalidade jurídica e goza de autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, patrimonial e disciplinar, concretizada no seu presente Estatuto.

O Diretor do Instituto depende diretamente do Diretor Nacional da PSP e dirige superiormente todas as atividades do Instituto.

O Instituto, na sua dimensão interna e externa, pugna pela afirmação do seu lema: ***“Victoria Discentium Gloria Docentium”***.

## **1. Missão, visão e valores**

### **• MISSÃO**

A organização e o funcionamento da PSP estão regulados pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. Nos termos do artigo 50.º, o Instituto integra a orgânica da PSP e é *“um instituto policial de ensino superior universitário que tem por missão formar oficiais de polícia, promover o seu aperfeiçoamento permanente e realizar, coordenar ou colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências policiais.”* (n.º 1). A mesma disposição legal refere que *“O ISCPSI confere, nos termos da lei, graus académicos na sua área científica.”* (n.º 2).

O Instituto, nos termos do seu estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, tem por **missão**, *“ministrar formação inicial e ao longo da vida aos oficiais de polícia da Polícia de Segurança Pública (PSP), através de ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais e de ciclos de estudos não conferentes de grau académico, nos termos da legislação aplicável.”* (n.º 3, do artigo 1.º).

O Instituto pode ainda, *“ministrar formação académica e técnico-profissional destinada aos técnicos superiores e dirigentes das forças, serviços e organismos de segurança, das polícias municipais e de outras entidades com atribuições e competências no âmbito da segurança interna.”* (n.º 4, do artigo 1.º).

Nos termos do artigo 3.º do já referido estatuto, o Instituto *“confere os graus académicos de licenciado e de mestre”* (n.º 1), após *“um ciclo de estudos integrado com 300 créditos e uma duração normal de 10 semestres curriculares de trabalho dos alunos, constituindo a*

*habilitação mínima exigida para o ingresso na carreira de oficial de polícia.” (n.º 2), sendo que a concessão do grau de licenciado ocorre quando os “alunos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho, não constituindo habilitação para o ingresso na carreira de oficial de polícia.” (n.º 3).*

A lei refere, igualmente, que o “ISCP SI pode associar-se com universidades públicas nacionais para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor” (n.º 5).

A pormenorização do seu quadro de **competências** está prevista no artigo 2.º do já mencionado diploma legal:

- a) Organizar e ministrar ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais;
- b) Organizar e ministrar outros ciclos de estudos não conferentes de grau académico;
- c) Organizar e ministrar outros cursos de especialização ou aperfeiçoamento e outras atividades de ensino com interesse para a PSP, para as instituições que atuam no âmbito da segurança interna e para a comunidade em geral;
- d) Realizar, coordenar ou colaborar com outras instituições de ensino superior ou não, nacionais ou estrangeiras, em projetos de formação, investigação e desenvolvimento policial;
- e) Cooperar na formação superior universitária inicial e na formação ao longo da vida de profissionais de forças, serviços e organismos de segurança de países estrangeiros, nomeadamente da União Europeia (EU) e da CPLP;
- f) Desenvolver doutrina nas áreas da segurança e polícia, políticas de segurança, cooperação policial internacional, organizações e missões internacionais e gestão de crises;
- g) Colaborar com a Direcção Nacional da PSP, com outras forças e serviços de segurança ou quaisquer entidades e organizações, nos processos de seleção, formação e avaliação de pessoal destinado a desempenhar funções em organismos e missões internacionais;
- h) Dinamizar e coordenar a participação da PSP no âmbito da CEPOL, da Associação Europeia dos Colégios de Polícia (AEPC) e de outras redes e instituições que desenvolvam a sua atividade no âmbito da formação superior universitária policial;
- i) Promover e apoiar publicações científicas.

A organização e o funcionamento do Instituto não se limitam ao supramencionado quadro legal. Por estar inserido no ensino superior universitário nacional, está igualmente sujeito, supletivamente, ao regime normativo para esse setor.

- **VISÃO**

**Ser um estabelecimento de ensino superior policial de referência nacional e internacional, que forma Líderes, Comandantes e Gestores para a PSP e para outras organizações públicas e privadas com responsabilidades na segurança, liderando a investigação, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento científico e gerando uma comunidade epistémica na área da polícia e da segurança.**

*“Ser uma Polícia Cidadã”  
“Liderar, Comandar e Gerir”  
“Formar para o Saber, Ser e Fazer”*

- **VALORES**

Nos termos da lei, a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público, a qual tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

A prossecução dessa missão de soberania nacional determina a existência de profissionais qualificados e impregnados de princípios ético-deontológicos que garantam um exercício credível e eficiente do serviço policial, enquanto parte integrante do Estado de Direito Democrático.

Os alunos do Instituto estão vinculados aos valores que sustentam o Código Deontológico do pessoal policial da PSP:

- Cumprir os deveres legais, servir o interesse público, defender as instituições democráticas, proteger os cidadãos contra atos ilegais e respeitar os direitos humanos;
- Cultivar e promover os valores do Humanismo, da Justiça, Integridade, Honra, Dignidade, Imparcialidade, Isenção, Probidade e Solidariedade;
- Respeitar a Constituição da República Portuguesa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, as convenções internacionais, a lei e o Código Deontológico.

A consolidação de tais princípios ético-deontológicos inicia-se e decorre ao longo de todo o processo formativo do aluno que frequenta o Instituto, período esse em que, aos alunos é exigida uma conduta diária, suportada num portefólio de virtudes a desenvolver: **camaradagem, disciplina, dedicação, inteligência, justiça, isenção, humanismo,**

***firmeza, coragem, responsabilidade, solidariedade, tolerância, prudência, humildade, perseverança, honradez, honestidade e lealdade.***

Pretende-se, assim, que um aluno do CFOP, interprete e assuma, logo no início do seu processo formativo, as regras de conduta intrínsecas à condição policial a que está sujeito um polícia que presta serviço na PSP e atípicas à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública (n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro):

- a) Subordinação ao interesse público;
- b) Defesa da legalidade democrática, da segurança interna e dos direitos fundamentais dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei;
- c) Sujeição aos riscos decorrentes do cumprimento das missões cometidas à PSP;
- d) Subordinação à hierarquia de comando na PSP;
- e) Sujeição a um regulamento disciplinar próprio;
- f) Disponibilidade permanente para o serviço, bem como para a formação e para o treino;
- g) Restrição ao exercício de direitos, nos termos previstos na Constituição e na lei;
- h) Adoção, em todas as situações, de uma conduta pessoal e profissional conforme aos princípios éticos e deontológicos da função policial;
- i) Consagração de direitos especiais em matéria de compensação do risco, saúde e higiene e segurança no trabalho, nas carreiras e na formação.

## **2. Análise dos Stakeholders**

A implementação da estratégia delineada pelo Instituto para o próximo quadriénio tem em atenção, entre outros fatores, as expectativas e os interesses dos *Stakeholders*, pois, estes, direta ou indiretamente, influenciam a definição dos objetivos a elencar e as atividades a realizar.

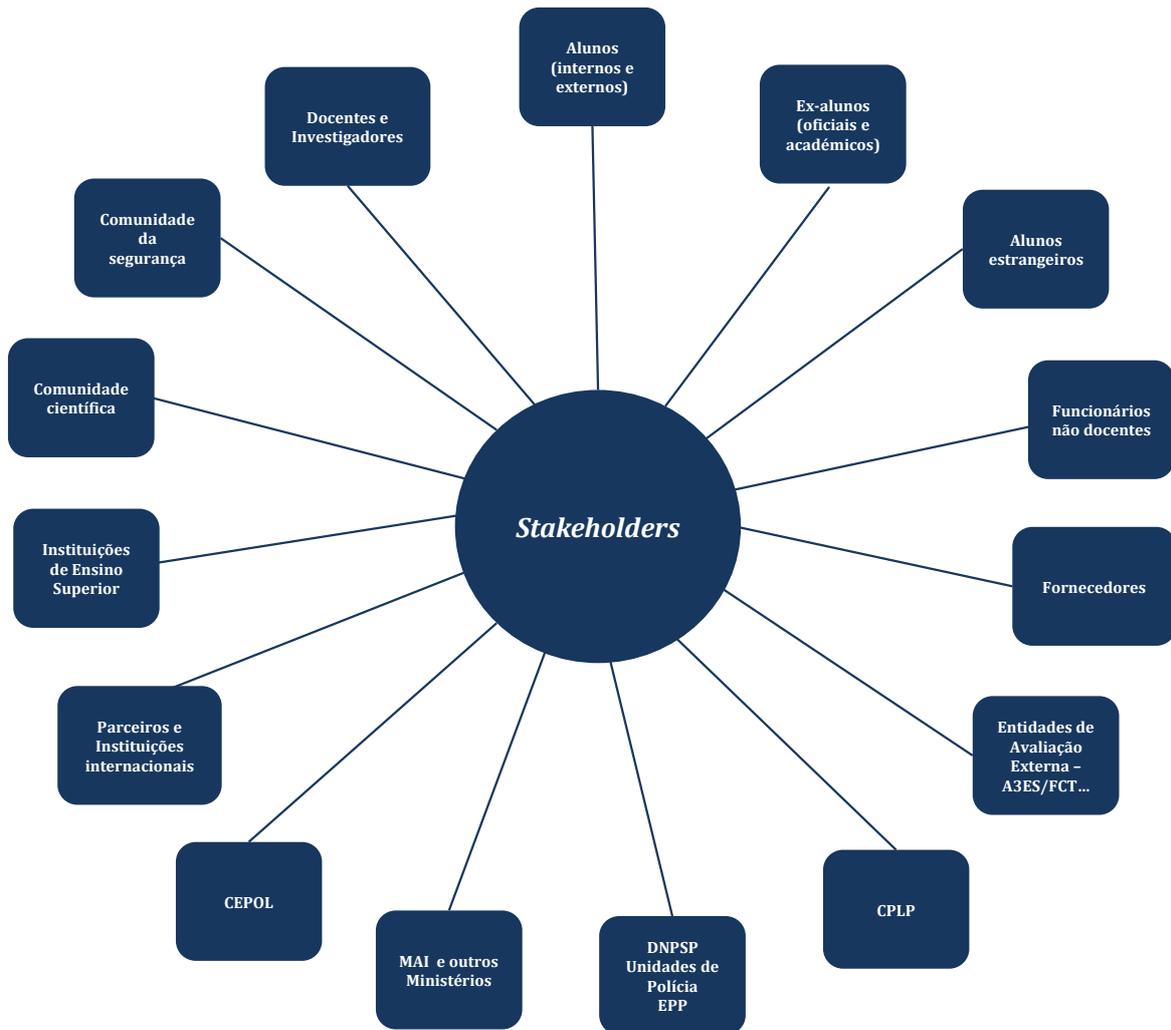
Assim sendo, com a análise dos *Stakeholders* (Figura 1), procura-se identificar os destinatários (pessoas, grupos, organizações) da atividade desenvolvida pelo Instituto, isto é, os clientes, internos ou externos, interessados neste estabelecimento de ensino superior policial, com o fim último de se definirem abordagens que contemplem os interesses desses mesmos destinatários para com o Instituto.

A nível interno, a atividade de ensino é dirigida para as necessidades previstas pela Direção Nacional, respeitante ao número de oficiais que se pretendem formar, bem como para o desenvolvimento de estudos e o aperfeiçoamento da doutrina policial, ou seja, a atividade desenvolvida pelo Instituto prossegue os objetivos tipificados no artigo 121.º do

estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro (Cursos de formação inicial, de promoção, de especialização, de atualização e formação contínua).

Já a atividade desenvolvida pelo Instituto dirigida à comunidade em geral/cliente externo, passa pela disponibilidade de oferta formativa vária, designadamente o CMCP (NI).

Figura 1 | Stakeholders do ISCPSP



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

### 3. Análise SWOT

Recorrendo à metodologia da análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) - elementos-chave da análise estratégica -, caracteriza-se, de seguida, os fatores endógenos e exógenos, que influenciam o Instituto na definição das suas opções a desenvolver durante o ano de 2017 (Figura 2).

Figura 2 | Análise SWOT



#### 4. Vetores e opções estratégicas

Os vetores estratégicos consagrados no quadro infra (Tabela 1) representam as linhas orientadoras da atividade desenvolvida pelo Instituto, durante 2016, e permitiram continuar a prestigiar a qualidade do ensino superior policial aqui ministrado, com elevado grau de profissionalismo.

**Tabela 1 | Visão e vetores estratégicos**

Visão Estratégica
Ser um estabelecimento de ensino superior policial de referência nacional e internacional, que forma Líderes, Comandantes e Gestores para a PSP e para outras organizações públicas e privadas com responsabilidades na segurança, liderando a investigação, o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento científico e gerando uma comunidade epistémica na área da polícia e da segurança.
Vetores Estratégicos
Ser uma instituição que forme profissionais altamente qualificados, desenvolva estudos científicos e contribua para a promoção da qualidade e imagem da instituição policial
Ser uma instituição que habilite com formação académica o público em geral.

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

As **opções estratégicas** do Instituto durante 2013-2016 foram:

- Alargar o espaço formativo;
- Empreender a investigação aplicada;
- Reforçar a rede de parcerias;
- Sedimentar o processo de internacionalização;
- Aprofundar a responsabilidade social;
- Rever o quadro estatutário;
- Modernizar as instalações, recursos e processos internos;
- Gerar receita acrescida.

#### 5. Objetivos

O Instituto, no quadro das suas atribuições e competências, desenvolveu as suas atividades em torno dos objetivos a seguir elencados que, globalmente, foram alcançados ou mesmo superados.

- Aprofundar a vertente formativa interna;
- Aumentar a oferta formativa externa;
- Desenvolver os estudos aplicados de apoio à decisão;
- Potenciar o E-learning;

- Automatizar o processo escolar;
- Renovar a imagem institucional do Instituto;
- Reforçar a ligação à sociedade;
- Incentivar o empreendedorismo do associativismo empresarial de segurança;
- Rever os estatutos do Instituto;
- Agilizar o processo de gestão financeira e de recursos;
- Aumentar a captação de receitas;
- Diminuir os custos de contexto;
- Remodelar as instalações.

**Constituíram ainda outros objetivos:**

- Ministrando anualmente o CMICP (modelo de Bolonha) e os subsequentes estágios para oficiais de polícia;
- Participar, em particular, na formação de quadros policiais para organismos e missões internacionais;
- Conceber e realizar seminários e conferências internacionais no âmbito da segurança interna;
- Promover, participar e colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento, nacionais e internacionais, integrados em objetivos de interesse nacional, europeu e internacional no domínio da segurança interna;
- Dinamizar e coordenar a participação da PSP no âmbito da CEPOL, da AEPC e de outras redes e instituições, nacionais e estrangeiras, que desenvolvam a sua atividade no âmbito da segurança interna;
- Promover e aprofundar as relações com os países da lusofonia;
- Realizar cursos/simpósios no âmbito do programa anual da CEPOL, em áreas como: ordem pública, gestão de multidões e tecnologias de segurança; prevenção criminal e segurança urbana; simpósio científico sobre gestão de grandes eventos públicos;
- Realizar Estágios de Comando e Direção para oficiais de países da CPLP;
- Colaborar na conceção e implementação de cursos de formação e promoção de oficiais da CPLP, nos países de origem;
- Instalar e carregar a nova base de dados da Biblioteca do Instituto;
- Desenvolver procedimentos conducentes à Acreditação dos Cursos de Mestrados, por parte da A3ES, garantindo o cumprimento de todos os pressupostos que caracterizam o SIGQ numa IES.

- Promover, participar e colaborar em publicações científicas, periódicas e avulsas, do Instituto ou de outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- Promover a imagem institucional;
- Organizar e ministrar outros cursos e estágios de aperfeiçoamento e especialização de interesse para a PSP.

## 6. Estrutura organizacional

Conforme decorre do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, que aprova o Estatuto do Instituto, são órgãos deste Instituto a direção; a direção de ensino; o centro de investigação; o corpo de alunos; a direção dos serviços de administração; o conselho consultivo; o conselho científico; o conselho pedagógico; o conselho de disciplina e o conselho de gestão (art.º 4º). Constituem a direção do Instituto o diretor e o diretor adjunto (art.º 5.º) (Figura 3).

Figura 3 | Estrutura macro organizacional do ISCP SI



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

Na dependência do diretor funcionam ainda os núcleos de deontologia e disciplina, de relações exteriores e de avaliação e qualidade (art.º 9.º). Encontra-se ainda previsto o gabinete do diretor (art.º 8.º).

## 7. Efemérides

O Instituto, à semelhança das restantes unidades de polícia e estabelecimentos de ensino, comemora, anualmente, o respetivo dia de aniversário, realizando diversas atividades de índole cultural e policial. Tal cerimónia pretende:

- a) Reconhecer, publicamente, o trabalho desenvolvido por todos os anteriores profissionais do Instituto, corpo docente, não docente e alunos que contribuíram para o sucesso deste estabelecimento de ensino superior público universitário policial;
- b) Concomitantemente promove junto dos atuais colaboradores, o sentido de missão de serviço público;
- c) Proporciona à comunidade, em geral, uma oportunidade para participarem nas atividades e assim melhor conhecerem a missão da PSP e do Instituto.

Além da efeméride referida anteriormente, o Instituto organiza e participa nos eventos descritos na tabela 2.

**Tabela 2 | Calendarização das cerimónias para 2016**

CERIMÓNIAS	DATAS
Compromisso de Honra dos Aspirantes do 28º CFOP	Junho
Comemoração do Aniversário da PSP	Julho
Patrono da PSP	Setembro
Comemoração do Aniversário do ISCPSI	Outubro
Cerimónia de Imposição de Platinas	Outubro
Abertura Solene do Ano Letivo	Dezembro

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

### **III – AUTOAVALIAÇÃO - OBJETIVOS, ATIVIDADES, RECURSOS E RESULTADOS**

Após uma breve caracterização e enquadramento do Instituto, quanto à sua natureza, missão, visão, estrutura orgânica, bem como quanto aos *Stakeholders*, às opções estratégicas e aos objetivos que presidiram à prossecução de uma panóplia de atividades em 2016, procede-se, de seguida, a uma resenha relativa à autoavaliação deste Instituto, fundada nas atividades desenvolvidas e nos resultados alcançados.

#### **1. Atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e respetivos resultados**

##### **1.1. Ensino Superior Universitário [DE e ICPOL]**

O Instituto organiza e ministra ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais, denominados por Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP) e Curso de Mestrado em Ciências Policiais (não integrado) (CMCP), bem como outros cursos de especialização, promoção e aperfeiçoamento, como o 2º Curso de Comando e Direção Policial (CCDP).

##### **1.1.1. Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais [DE]**

A Direção de Ensino (DE) é a unidade orgânica responsável pela organização e funcionamento do CMICP, tendo desenvolvido, em 2016, na vertente ensino, as seguintes atividades:

- No ano letivo 2015-16, o Instituto ministrou o CMICP (Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP)) ao 1.º ano (32.º Curso), 2.º ano (31.º curso), 3.º ano (30.º Curso) e 4.º ano (29.º curso) e decorreu o Estágio de Aspirantes do 5ºano (28.º curso) (Quadros 2 e 3);
- Durante o ano letivo 2016-17 ministra o CMICP ao 1.º ano (33.º Curso), 2.º ano (32.º Curso), 3.º ano (31.º Curso) e 4.º ano (30.º Curso) e decorre o Estágio de Aspirantes do 5ºano (29.º curso) (Quadros 4 e 5 e Gráficos 1, 2 e 3);
- No âmbito do concurso de admissão ao 33º CFOP (1.º ano do CMICP relativo ao ano letivo 2016-17), dos 713 candidatos foram admitidos, de acordo com o estabelecido na Portaria 230/2010, de 26 de abril, 30 Cadetes-alunos (primeiros classificados).

## ❖ Ano letivo 2015-16

Tabela 3 | Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2015-16 (VA)

<b>Categoria</b>	<b>Ano letivo 2015-16</b>	<b>N.º de Cadetes-alunos</b>
Aspirante	5.º Ano	34
Cadete-aluno	4.º Ano	23
Cadete-aluno	3.º Ano	32
Cadete-aluno	2.º Ano	37
Cadete-aluno	1.º Ano	39
<b>Total</b>		<b>165 Cadetes-alunos</b>

Fonte: Direção de Ensino.

Tabela 4 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2015-16 (VA)

<b>Nacionalidade</b>	<b>Aspirantes</b>			<b>Cadetes-alunos</b>												<b>Totais</b>		
	<b>5º ano (28º Curso)</b>			<b>4º ano (29º Curso)</b>			<b>3º ano (30º Curso)</b>			<b>2º ano (31º Curso)</b>			<b>1º ano (32º Curso)</b>					
	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>Total</b>	<b>H</b>	<b>M</b>	<b>Total</b>												
<b>Portugal</b>	18	7	25	18	2	20	16	10	26	16	10	26	18	7	25	86	36	122
<b>Cabo Verde</b>	1		1			0	1		1	2		2	2		2	6	0	6
<b>Angola</b>	1		1	1		1	2		2	3		3	3		3	10	0	10
<b>Moçambique</b>	1	1	2		1	1	2		2	5		5	3	1	4	11	3	14
<b>São Tomé e Príncipe</b>	3		3	1		1	1		1	1		1	2	1	3	8	1	9
<b>Guiné-Bissau</b>	2		2			0			0			0	2		2	4	0	4
<b>Totais</b>	26	8	34	20	3	23	22	10	32	27	10	37	30	9	39	125	40	165

Fonte: Direção de Ensino.

## ❖ Ano letivo 2016-17

Tabela 5 | Cadetes-alunos do CMICP - ano letivo 2016-17 (VA)

<b>Categoria</b>	<b>Ano letivo 2016-17</b>	<b>N.º de Cadetes-alunos</b>
Aspirante	5.º Ano	23
Cadete-aluno	4.º Ano	32
Cadete-aluno	3.º Ano	36
Cadete-aluno	2.º Ano	38
Cadete-aluno	1.º Ano	47
<b>Total</b>		<b>176 Cadetes-alunos</b>

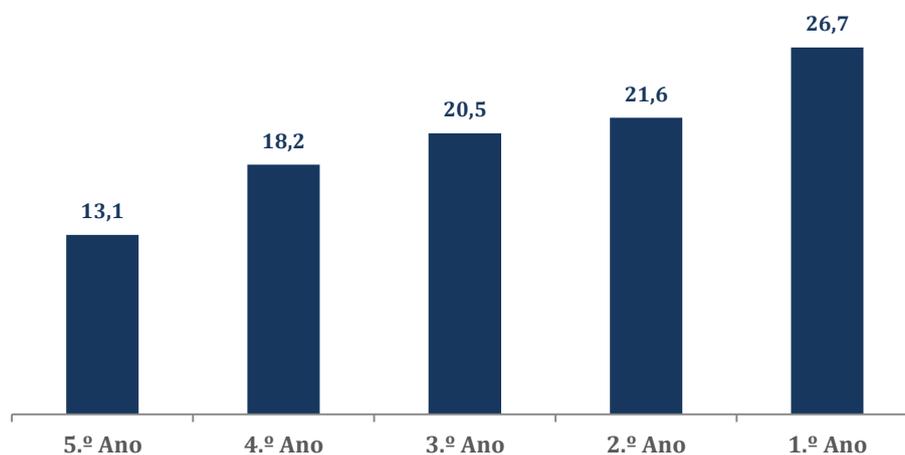
Fonte: Direção de Ensino.

**Tabela 6 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do CMICP, por nacionalidade, género e ano de frequência - ano letivo 2016-17 (VA)**

Nacionalidade	Aspirantes			Cadetes-alunos												Total		
	5.º ano (29.º Curso)			4.º ano (30.º Curso)			3.º ano (31.º Curso)			2.º ano (32.º Curso)			1.º ano (33.º Curso)			Total		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Portugal	18	2	20	16	10	26	16	10	26	17	7	24	25	5	30	92	34	126
Cabo Verde	0	0	0	1	0	1	2	0	2	2	0	2	3	3	6	8	3	11
Angola	1	0	1	2	0	2	2	0	2	4	0	4	0	0	0	9	0	9
Moçambique	0	1	1	2	0	2	5	0	5	3	1	4	3	1	4	13	3	16
São Tomé e Príncipe	1	0	1	1	0	1	1	0	1	2	1	3	1	1	2	6	2	8
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	2	5	4	2	6
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>29</b>	<b>9</b>	<b>38</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>132</b>	<b>44</b>	<b>176</b>

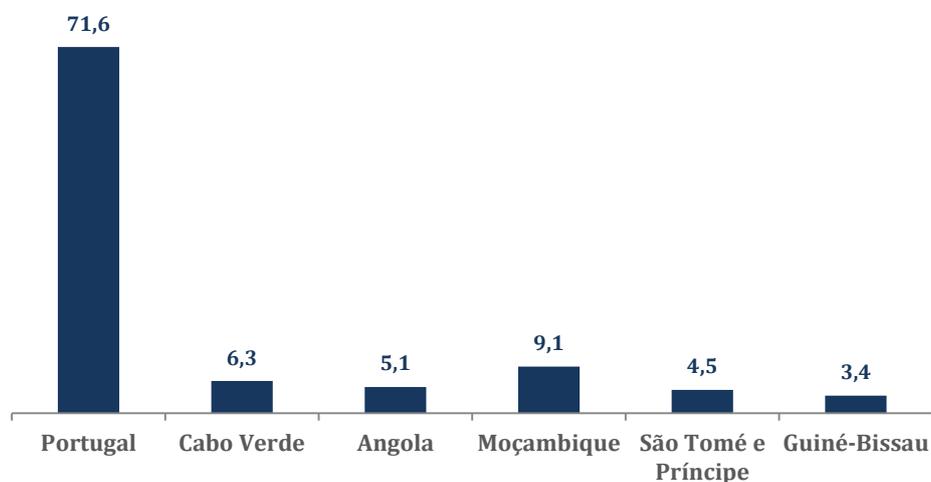
Fonte: Direção de Ensino.

**Gráfico 1 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por ano de frequência (%)**



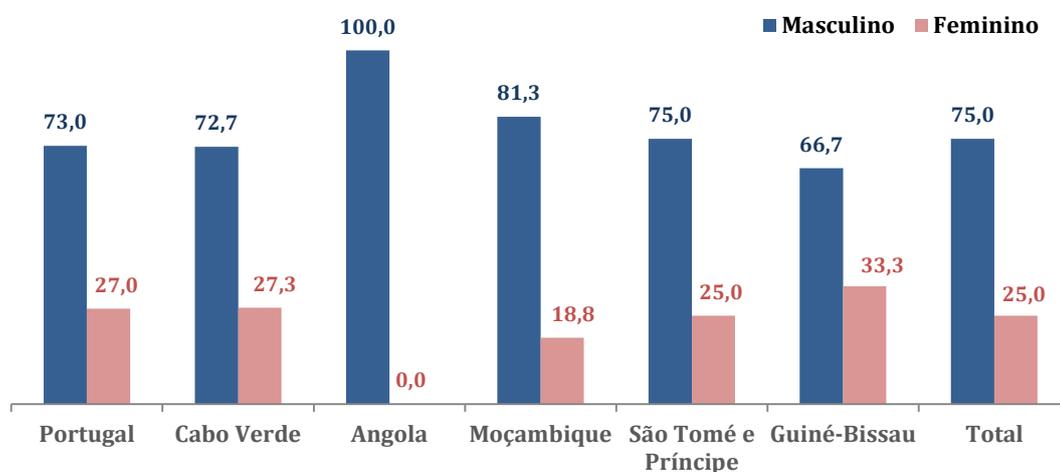
Fonte: Direção de Ensino.

**Gráfico 2 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por nacionalidade (%)**



Fonte: Direção de Ensino.

**Gráfico 3 | Distribuição dos Cadetes-alunos e Aspirantes do ano letivo 2016-17, por nacionalidade e género (%)**



Fonte: Direção de Ensino.

28,4% dos cadetes-alunos são estrangeiros e 25% são mulheres.

### 1.1.2. Curso de Mestrado em Ciências Policiais [ICPOL]

Em 2016, o ICPOL - Centro de Investigação foi a unidade orgânica responsável pela direção e gestão do CMCP, tendo desenvolvido, na vertente ensino pós-graduado, as seguintes atividades:

- VIII Curso de Mestrado em Ciências Policiais
  - Promoveu e assegurou durante 2016 a parte curricular do VIII CMCP, na área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal (Turma B);
  - Terminou, em 31 de julho de 2016, a parte curricular do VIII CMCP, nas áreas de especialização em Segurança Interna, Gestão da Segurança e Criminologia e Investigação Criminal.
  - Coordenou os processos de orientação das dissertações dos alunos que concluíram a parte curricular do I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII CMCP;
  - Doze mestrandos defenderam a dissertação de mestrado, tendo sido aprovados como Mestres em Ciências Policiais, nas especializações em (i) Segurança Interna, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Criminologia e Investigação Criminal.
  - Teve início, em 21 de Outubro de 2016, o VIII CMCP (2º ano curricular), nas áreas de especialização de (i) Criminologia e Investigação Criminal, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Segurança Interna, contando com a inscrição de 63 mestrandos (Tabelas 7 e 9).

**Tabela 7 | Distribuição dos Mestrandos do VIII CMCP (NI), por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2016-17 (2.º ano curricular) (VA)**

Nacionalidade	Mestrandos									Total		
	Criminologia e Investigação Criminal			Gestão da Segurança			Segurança Interna					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
<b>Portugal</b>	10	23	33	7	2	9	5	2	7	22	27	49
<b>Brasil</b>	8	5	13	0	0	0	0	0	0	8	5	13
<b>Cabo Verde</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Angola</b>	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Moçambique</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>São Tomé e Príncipe</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Guiné-Bissau</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	18	29	47	7	2	9	5	2	7	30	33	63

Fonte: Direção de Ensino.

- IX Curso de Mestrado em Ciências Policiais
  - Teve início, em 31 de outubro de 2016, o IX CMCP, nas áreas de especialização de (i) Criminologia e Investigação Criminal, (ii) Gestão da Segurança e (iii) Segurança Interna, contando com a inscrição de cerca de 41 mestrandos (Tabelas 8 e 9).

**Tabela 8 | Distribuição dos Mestrandos do IX CMCP (NI), por nacionalidade, género e especialização - ano letivo 2016-17 (1.º ano curricular) (VA)**

Nacionalidade	Mestrandos									Total		
	Criminologia e Investigação Criminal			Gestão da Segurança			Segurança Interna					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
<b>Portugal</b>	4	19	23	6	2	8	6	1	7	16	22	38
<b>Brasil</b>	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	1	2
<b>Cabo Verde</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Angola</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Moçambique</b>	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>São Tomé e Príncipe</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Guiné-Bissau</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	5	21	26	6	2	8	6	1	7	17	24	41

Fonte: Direção de Ensino.

A tabela 9 descreve a distribuição dos mestrandos ao longo dos anos.

**Tabela 9 | Distribuição dos mestrandos do CMCP ao longo dos anos, por especializações**

CURSO	ESPECIALIZAÇÃO	INSCRIÇÕES	DESISTÊNCIA	Suspensões	PARTE CURRICULAR INCOMPLETA	NÃO APROVADOS	MESTRES
I	SI	11	-	3	2	-	-
I	CIC	24	3	16	3	-	4
II	SI	4	-	-	-	-	2
II	GS	3	-	-	-	-	2
II	CIC	18	-	3	3	1	6
III	SI	10	-	-	-	-	1
III	GS	15	-	-	-	-	3
III/IV	CIC	45	-	4	-	-	10
V	SI	5	-	-	-	-	-
V	GS	5	2	-	-	-	-
V/VI	CIC	34	-	1	-	-	-
VII	SI	5	-	-	-	-	-
VII	GS	12	-	-	-	-	-
VII	CIC	36	-	-	-	-	-
VIII	SI	7	-	-	-	-	-
VIII	GS	9	-	-	-	-	-
VIII	CIC	47	-	-	-	-	-
IX	SI	7	-	-	-	-	-
IX	GS	8	-	1	-	-	-
IX	CIC	26	-	2	-	-	-

Fonte: ICPOP e Direção de Ensino.

As suspensões registadas devem-se a situações de saúde de familiares, razões profissionais e de índole económico-financeira dos próprios ou de familiares.

## 1.2. Formação ao longo da vida/ Cursos de promoção, especialização e aperfeiçoamento [DE]

Nos termos do seu estatuto, o Instituto tem por missão, “*ministrar formação inicial e ao longo da vida aos oficiais de polícia da Polícia de Segurança Pública (PSP), através de ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus académicos em ciências policiais e de ciclos de estudos não conferentes de grau académico, nos termos da legislação aplicável.*” (n.º 3, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro).

### 1.2.1. Curso de promoção – Curso de Comando e Direção Policial [DE]

Em 2016, e no domínio dos cursos de promoção, o Instituto ministrou o 2.º Curso de Comando e Direção Policial (CCDP).

Este curso de promoção de Comissários a Subintendentes foi frequentado por 32 comissários.

### 1.3. Investigação Científica [ICPOL]

Desde a sua criação e implementação, o Centro de Investigação (ICPOL) tem vindo a promover e a integrar “(...) projetos e linhas de investigação nacionais e internacionais respeitantes às áreas científicas centrais deste Instituto, como testemunham todas as produções científicas publicadas ao longo dos seus 11 anos de existência [46 publicações do ICPOL-ISCPSI] e dos vários artigos científicos publicados pelos seus investigadores em revistas e capítulos de livros publicados em Portugal e no estrangeiro”.

A produção científica advém, em grande parte, “(...) do desenvolvimento de investigação e trabalho integrante dos vários projetos e linhas de investigação assumidas ou associadas pelo ICPOL com outras unidades de I&D de outras universidades nacionais e estrangeiras: *v. g.*, Universidade do Minho, Universidade de Coimbra, Universidade da Beira Interior, Universidad de Salamanca, Universidad Nacional de Educación a Distancia [Madrid], Università di Bologna, Università Torvergata, Università di Salerno, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão [SOCIUS], UNICAMP – Universidade de Campinas, UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UPorto – Universidade do Porto, Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, Escola Superior de Polícia da Academia Nacional de Polícia – PF do Brasil.”<sup>2</sup>.

#### 1.3.1. Cursos & Eventos científicos

O ICPOL desenvolveu, desde a sua criação e implementação “(...) *eventos científicos e cursos pós-graduados* no sentido de cumprir uma missão de abertura a sociedade civil e de prosseguir uma das atribuições do Instituto: apoio a toda a comunidade.

Desde o início, e no campo dos eventos científicos, realizou “(...) colóquios, seminários e congressos temáticos: Segurança Interna; Reuniões e Manifestações; Urbanismo, Segurança e Lei; Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa; Reforma Penal e Processual Penal; Direitos Humanos e Atividade de Polícia; Terrorismo; Ciências Policiais e Política Criminal; Liberdade e Segurança (etc.).”.

Estes eventos têm-se realizado “(...) no auditório do Instituto e nas várias instituições universitárias e de ensino superior ou de ensino avançado [CE] de Portugal [de norte a sul] e estrangeiro – p. e., Espanha e Brasil – de modo a levar as ciências policiais e a atividade do Instituto a todo público universitário, político e social. Esta atribuição foi conseguida com o apoio das várias instituições universitárias e políticas locais, assim como de Fundações situadas nas regiões dos eventos.”.

<sup>2</sup> A aferição destes dados “está inscrita no Relatório e Desafios (2005-2013), no Relatório de Atividades de 2014 e no Relatório de Atividades de 2015”.

Os cursos pós-graduados passam pela (i) criação e promoção de pós-graduações não conferentes de grau académico, (ii) criação e implementação de um curso de pós-graduação conferente de grau académico e (iii) a criação do curso pós-graduado de doutoramento em ciências policiais em associação com a Universidade do Minho.

Referir ainda que, em 2016, cinco investigadores do ICPOL participaram no *Global trends in law enforcement training and education - CEPOL Research & Science Conference*, que decorreu em Budapeste (5 a 7 de outubro de 2016), tendo apresentado comunicações.

### 1.3.2. Projetos e linhas de investigação & desenvolvimento

O ICPOL desenvolve, desde o início, linhas de I&D associadas aos eventos científicos e, com o tempo, passou a integrar projetos de I&D, assumindo outros projetos de I&D que se encontram ativos<sup>3</sup>.

O ICPOL integrou e integra “(...) projetos de I&D assumidos junto dos órgãos financiadores pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Economia, pela Universidade da Beira Interior, pelo Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, pelo SOCIUS do Instituto Superior de Economia e Gestão, pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), pela Escola Superior Polícia na Academia Nacional de Polícia – Polícia Federal (Brasil).”

- Dos vários projetos que o ICPOL integrou, destacam-se:
  - Projeto FCT – Coordenação Europeia Multinacional no Combate ao Terrorismo: os casos de Portugal e Espanha – FCT [PTDC/CPO/64365/2006].
  - Projeto FCT – PTDC/IVC-ANT/5314/2012 – COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil.
  - Comité Internacional: Proyecto DER2011-26954: Sistema Procesal Penal y métodos alternativos de resolución de conflictos: Análisis crítica y propuestas ante la reforma del proceso penal en el Espacio judicial europeo.
  - Projeto FCT – FCT.PIHM/VG/O131/2008: Mulheres nas Esquadras: Crimes de Violência e Relações de Género.
  - Projeto QREN/POAT – “Metodologias de Trabalho na área da Divulgação, Promoção e Proteção dos Direitos dos Menores” [2010/2011].

---

<sup>3</sup> Esta atividade do ICPOL encontra-se descrita nos relatórios de atividades, em especial no Relatório de Atividades de Desafios (2005-2013) e nos Relatórios de Atividades de 2014 e 2015.

- Projeto Álcool, Sinistralidade e Lazer Noturno em Lisboa.
- Projeto Daphne II – Youth Deviance and youth violence: a European multi-agency perspective on best practices in prevention and control (YouPrev).
- O IC/PSOL assumiu outros projetos de I&D referentes à investigação levada a cabo em dissertações de MICP e de fomentação da cooperação internacional, que se encontram em **execução** ou em **fase de implementação**:

<b>Projetos</b>	<b>Responsáveis</b>
MAJOR EVENTS LAB – Laboratório de Grandes Eventos – com três linhas de Investigação	Doutora LÚCIA PAIS Doutor SÉRGIO FELGUEIRAS
Projeto “Adaptação ao Ensino Superior Policial – ADESPOL.	Doutor ANTÓNIO MOREIRA DINIZ Mestre MARIA ISAURA ALMEIDA
Projeto DAP – Direito e Atividade Policial <i>Corpus Delicti</i> – OB-COR: Observatório de Criminalidade Organizada [ESP/ANP-PF, Universidade de São Paulo, Organização dos Estados Americanos, Georgetown University, Universidad de San Martín].	Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE
TA-FiT: Tactical Athlete - The Police FiT [a implementar com a Educação Física]	Doutor LUÍS MONTEIRO Doutor LUÍS MAÇUSSA
Projeto MOD-SSI – Modelos de Segurança Interna [ainda em fase de implementação]	Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE
Urbanismo, Segurança e Lei [ainda em fase de implementação]	Doutora ELISABETE MOURÃO

Outros projetos de investigação em curso inserem-se nas linhas de investigação do Laboratório de Grandes Eventos<sup>4</sup>.

Em 2016, apresentaram-se ainda as seguintes candidaturas a financiamento do programa *Horizon 2020* (Comissão Europeia):

- Projeto HARRIER – *Holistic Approach to Crowd Protection against Crime and Terrorism*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 1: New methods for the protection of crowds during mass gatherings*.
- Projeto PADOVA – *Intimated Partner Domestic Violence: Assessment, Prevention and Intervention*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 5: New methods to prevent, investigate and mitigate high impact domestic violence*.

---

<sup>4</sup> Conforme consta no Relatório de Atividades do Laboratório de Grandes Eventos.

- Projeto RespondNet – *First Responder Network on Natural and Interconnected Risks*, no quadro da *Coordination and Support Action H2020, Topic SEC-21-GM-2016-2017: First Responder Network on Natural and Interconnected Risks*.
- VALID – *Video Analytics in Legal Investigation of crime and terrorismo*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic: SEC-09-FCT-2017: Toolkits integrating tools and techniques for forensic laboratories*.

#### 1.4. Publicações Científicas [ICPOL]

Como o ICPOL tem por missão produzir e publicar ciência, desde o seu início conta com 46 publicações. As publicações dividem-se em itens específicos.

A **POLITEIA** – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna -, fundada pelo ICPOL, encontra-se na Plataforma Projeto LATINDEX: e está em fase de integrar a plataforma CIELO.

Ao longo dos anos publicaram-se 16 Volumes, dos quais, 3 números temáticos e estudos comemorativos estão no prelo. Desde 2012, existe uma comissão de avaliação científica<sup>5</sup> – *paper review* – e uma grelha de itens de avaliação.

Em parceria com a livraria Almedina, criou-se uma **Coleção Científica** e tem-se publicado trabalhos de mestrado de Docentes do Instituto e produções resultantes de linhas de investigação [12 Volumes].

Esta coleção deu origem às **publicações do ISCPSI-ICPOL**. Desde outubro de 2014, tem tido um resultado muito positivo no que concerne à (i) projeção da imagem institucional, com 8 Volumes/livros publicados e à (ii) arrecadação de receitas.

Desde o início, promoveu a publicação de **Produções Temáticas** em parceria com a Almedina: *Segurança Interna* [2 Volumes]; *Reuniões e Manifestações* [1 Volume]; *Urbanismo, Segurança e Lei* [2 Volumes]. Publicaram-se, como é da praxis universitária, Estudos de Homenagem e Comemorativos [5 Volumes].

#### 1.5. Internacionalização - Cooperação Internacional [DE, ICPOL e NRE]

Em 2016, e no domínio das relações exteriores e de cooperação internacional, o Instituto promoveu e esteve representado em diversas reuniões internacionais, estágios, visitas e outros eventos, caminhando, desta forma, para um gradual e crescente processo de internacionalização.

---

<sup>5</sup> Esta comissão é composta por professores e investigadores doutorados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras.

### 1.5.1. Países de língua oficial portuguesa

O Instituto tem vindo a reforçar a cooperação internacional com os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente, continuando a ministrar o CMICP e o CMCP (NI) a alunos oriundos da CPLP. No entanto, em 2016, e por fatores exógenos ao Instituto, não se realizou o Estágio para Oficiais com Funções de Direção e Chefia da CPLP, sendo certo que se retomará/realizará em 2017.

### 1.5.2. Academia Europeia de Polícia

De acordo com a visão estratégica do Instituto para a cooperação com a Agência Europeia de Polícia (CEPOL), prepararam-se propostas de candidatura para quatro atividades formativas de cariz internacional, nomeadamente:

- Curso CEPOL nº 28/2017 – *Firearms – Strategic Aspects in Law Enforcement* - irá decorrer de 03 a 06 de abril de 2017;
- Curso CEPOL nº 37/2017 – *Airport security: Airport soft target protection* - irá decorrer de 11 a 14 de julho de 2017;
- Curso CEPOL nº 43/2017 – *Public order – security during major events - PPP (HOUSE-EUSEC) - Step 2* - irá decorrer de 18 a 22 de setembro de 2017;
- Workshop CEPOL nº 51/2017 – *EU Law enforcement leadership - Police Chiefs and Deputies* - irá decorrer de 16 a 18 de maio de 2017.

Este *workshop* é destinado a todos os Diretores / Comandantes Nacionais de Polícia e/ou seus Adjuntos e vai ser “enquadrado” nas comemorações dos 150 anos da PSP. Tem como objetivo primordial a discussão e a preparação dos conteúdos para os cursos 52/2017 – *Law Enforcement Leadership - Future leaders - module 1* e 53/2017 – *EU Law Enforcement Leadership - Future leaders – module*, de decorrer do consórcio entre Portugal e Finlândia que organizarão duas destas atividades.

No âmbito da CEPOL, o Instituto, em 2016, deixou de ser o Ponto de Contacto Nacional (NCP) e a Escola de Polícia Judiciária assumiu a função de Unidade Nacional CEPOL.

Em 2016, dos 58 elementos nomeados, 41 foram selecionados enquanto participantes nos cursos presenciais da CEPOL.

Três elementos participaram no *Exchange Programme*.

O Instituto mantém a função de *National e-Net Manager*.

Planearam-se as presenças do Diretor do Instituto ou dos elementos nomeados nas reuniões do *Governing Board*, dos *Framework Partners*, do *Research and Science Correspondent* e do *National e-Net Manager*.

Em 2016, e na sequência da participação ativa na CEPOL, foi ainda atribuído, ao Instituto, a coordenação do *European Joint Master Programme - Policing in Europe*, assumindo, assim, a liderança do consórcio. Colabora, em alguns dos módulos, com outros países europeus e realizará, o último módulo do mestrado (apresentação e defesa das dissertações de Mestrado), no Instituto, em setembro de 2017.

Através da participação em reuniões do Grupo de Assessoria e Coordenação da CEPOL, o Instituto elaborou o Protocolo de Cooperação Interinstitucional para a Unidade Nacional CEPOL, documento que foi assinado pelas Ministras da Administração Interna e da Justiça, em julho de 2016.

### **1.5.3. Associação Europeia dos Colégios de Polícia**

O Instituto participou numa reunião da Associação Europeia dos Colégios de Polícia (AEPC), não tendo, contudo, proposto a realização de um evento internacional da AEPC neste Instituto.

Constrangimentos de ordem financeira impediram a participação de alguns elementos nos cursos internacionais organizados pela AEPC.

### **1.5.4. Projetos e atividades formativas com outras entidades internacionais**

O Instituto, enquanto membro da *International Association of Police Academies* (INTERPA), não participou em reuniões nem realizou qualquer evento internacional em Portugal, mas contribuiu com esta associação internacional ao nível da resposta a diversas solicitações e de difusão de informação a nível nacional.

No seu processo de internacionalização, continuou a desenvolver contactos com as mais diversas entidades internacionais e respondeu às solicitações que lhe foram endereçadas no âmbito de visitas, ações de formação e acompanhamento de delegações estrangeiras ao Instituto. A proposta de pareceria com a FRONTEX foi aceite por este organismo e, em março de 2017, foi assinado um protocolo entre o Instituto e a FRONTEX.

Não se concretizou a conferência internacional prevista sobre a temática “Novas Tecnologias ao Serviço da Polícia”.

### 1.5.5. Cooperação com instituições universitárias internacionais [ICPOL]

Ao longo dos anos o ICPOL, através da promoção de uma intensa cooperação institucional com instituições universitárias e entidades públicas e privadas de referências internacional, tem tido um papel importante na afirmação da internacionalização do Instituto.

As ações que têm vindo a ser desenvolvidas incidem:

- Na promoção de ***circulação de professores*** [Alemanha, Itália, Espanha e Brasil] para lecionação e na promoção de ***circulação de alunos*** para a frequência de cursos pós-graduados conferentes e não conferentes de grau académico<sup>6</sup>.
- Na promoção de ***assinatura de convénios e protocolos*** entre o Instituto e essas instituições universitárias e entidades públicas e privadas<sup>7</sup>.
- Na promoção ***circulação de professores e investigadores estrangeiros*** para participarem como conferencistas em eventos científicos internacionais realizados no Instituto e em outras instituições universitárias em Portugal, em Espanha e no Brasil.
- Na promoção de ***instâncias de investigadores estrangeiros*** no ICPOL de modo a que sejam publicados artigos com referência a essas estadias e orientações de um professor/investigador do Instituto.
- Na promoção de **publicações do ICPSI-ICPOL com a participação de autores estrangeiros** e a posterior permuta de publicações.

## 2. Atividades de apoio ao ensino, à investigação científica e à internacionalização e respetivos resultados

No presente capítulo descrevem-se as atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização, desenvolvidas pelos diversos serviços deste Instituto.

---

<sup>6</sup> Como exemplo desta circulação de alunos, temos o CMCP (NI), na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, vindos do Brasil, de Angola, São Tomé, Moçambique e da Guiné.

<sup>7</sup> As assinaturas de convénios e protocolos com as instituições universitárias estrangeiras são essenciais para o reconhecimento académico e científico do ensino e da investigação produzidos no ISCP SI. Esta estratégia está a dar frutos como prova o reconhecimento pela Universidade de Brasília do CMCP (NI), na especialização em Criminologia e Investigação Criminal em Direito.

## 2.1. Direção de Ensino [DE]

Em 2016, a Direção de Ensino (DE) realizou um conjunto de atividades de apoio ao ensino, que vão desde o CMICP - vulgo CFOP -, ao CCDP (2.º curso de promoção), ao IX CMCP (especializações de Segurança Interna, de Gestão da Segurança e de Criminologia e Investigação Criminal) e à formação profissional contínua.

As atividades desenvolvidas foram monitorizadas e reportadas mensalmente, e de forma exaustiva, ao Núcleo de Avaliação e Qualidade (NAQ).

As atividades mais relevantes enquadram-se (Tabela 10) nas seguintes cinco grandes áreas temáticas:

- Atividades estruturantes;
- Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais;
- IX Curso de Mestrado em Ciências Policiais;
- Formação profissional contínua ou de especialização;
- Cursos de Promoção – Curso de Comando e Direção Policial (2.º CCDP).

**Tabela 10 | Áreas temáticas de atividade da DE – 2016**

<b>Atividades estruturantes</b>	
Processo de avaliação e acreditação do ciclo de estudos ministrado no Instituto.	
Elaboração dos procedimentos da DE/Instituto.	
Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior RAIDES15.	1.º momento - 11JAN a 29FEV2016; 2.º momento - 4 a 27ABR2016
Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior - REBIDES15.	11JAN a 15FEV2016
Tramitação processual de contratação de docentes, cessação de funções de docência, submissão de processos de contratação e equiparação de categoria ao Conselho Científico.	01-01-2016 a 30-12-2016
Promoção e participação no projeto de implementação de um Software de Gestão Académica.	Desde 01 de junho de 2014 (ainda em execução)
<b>Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais</b>	
Conclusão do 1.º semestre do ano letivo 2015/16 do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP).	22 janeiro 2016
2.º semestre do ano letivo 2015/2016 do CMICP.	22-02-2016 a 17-06-2016
Apresentação das dissertações dos Aspirantes.	16-05-2015 a 31-05-2015
Concurso de Admissão ao 33.º CFOP (Candidatura, Provas e Procedimentos Administrativos) 713 candidatos sendo admitidos 30 cadetes- alunos (primeiros classificados).	23-05-2014 a 30-09-2015
Início do 1.º semestre do ano letivo 2016/2017.	01-09-2016
N.º de reuniões do Conselho Científico (em 2016).	5 reuniões
N.º de reuniões do Conselho Pedagógico (em 2016).	2 reuniões
<b>IX Curso de Mestrado em Ciências Policiais</b>	
Início do ano letivo	21-10-2016
Número de candidatos admitidos - 42 alunos que se encontram a frequentar o IX CMCP	

<b>Formação profissional contínua ou especialização</b>	
Curso de Comando e Liderança, dirigido a 4 Comissários e 12 Subcomissários	15-02-2016 a 19-02-2016
Curso de Comando e Liderança, dirigido a 12 Oficiais Superiores + 4 do CNP Espanhola	24-10-2016 a 28-10-2016
Curso de Técnicas de Comando e Liderança para 20 Chefes da PSP (ministrado na EPP)	9-11-2016 a 11-11-2016
<b>Cursos de Promoção</b>	
<b>2º Curso de Comando e Direção Policial - 32 comissários</b>	
Início da componente escolar	22FEV2016 a 18MAI2016
Publicação de Notas componente escolar	25MAI2016
Elaboração do relatório final	19MAI2016 a 17JUN2016
Entrega de trabalhos	20JUN2016
Apresentação e discussão do relatório final	27JUN2016 a 8JUL2016
Publicação da avaliação	12JUL2016

Fonte: Direção de Ensino.

### **2.1.1. Promoção de tecnologias de informação e comunicação - Plataforma E-learning**

Em 2016, e dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, promoveu-se, junto dos diferentes públicos do Instituto (docentes, discentes e colaboradores internos), o recurso e a utilização da Plataforma *E-learning*.

Nesse sentido, tornou-se imprescindível proceder à:

- Manutenção, desenvolvimento e dinamização dos subsites e páginas do:
  - Mestrado Integrado em Ciências Policiais:
    - 1º, 2º, 3º, e 4º, anos letivos;
    - Todas as unidades curriculares;
    - Estágio e Projeto;
  - 2.º Curso de Comando e Direção Policial
  - Subsite do Corpo de Alunos;
  - Subsite do Núcleo de Avaliação e Qualidade;
  - Listagem dos docentes (com os dados biográficos).
- Todos os *sites* e subsites dispõem de espaços para debate que permitem a interação entre os públicos com acesso a estes mesmos *sites* e subsites.
- Os *sites* e páginas referidos no ponto anterior estão acessíveis a todos os públicos do Instituto (docentes, discentes e colaboradores internos).
- A utilização regular e permanente, pela maioria dos docentes e discentes, da Plataforma de *E-learning* é uma realidade. As dificuldades assinaladas no Relatório de Atividades de 2015 foram, assim, ultrapassadas. Quanto ao preenchimento *on-line* dos

sumários, a quase totalidade dos docentes procede ao seu preenchimento no exato momento de lecionação das aulas. Quando assim não é, a DE procede ao envio de alerta/recordatória por correio eletrónico.

- Foi desenvolvida uma funcionalidade de marcação *on-line* de refeições, dispensas de recolher e de pernoita.
- As principais oportunidades são:
  - A plataforma *E-learning* e todas as suas funcionalidades encontram-se disponíveis, a partir de qualquer ponto de acesso (pessoal ou institucional), incluindo aos docentes não policiais;
  - Não sendo, a nível mediático, de utilização tão conhecida como outras plataformas (*Blackboard*, *Formare-PT* ou a *Moodle*), esta plataforma permite funcionalidades semelhantes.
  - A sua utilização como ferramenta de gestão documental eletrónica, de acordo com as características da Plataforma.

## **2.2. Centro de Investigação [ICPOL]**

O Centro de Investigação (ICPOL) é, nos termos do n.º 1, do artigo 3º do seu estatuto, constituído pelo Diretor, Departamentos Científicos de Investigação (DCI) e Centro de Documentação e Informação (CDI).

### **2.2.1 Departamentos Científicos de Investigação (DCI)**

Em outubro de 2016, realizou-se uma reunião com os Diretores de Departamento Científico, para delinear uma estratégia de dinamização das atividades científicas.

Em 2016, os docentes do Instituto (cursos de mestrado em Ciências Policiais) foram convidados a participar como investigadores, permanentes e não-permanentes, nas atividades científicas do ICPOL. Constatou-se que, na sequência deste procedimento, 18 doutorados, 10 mestres e 5 licenciados aceitaram o convite.

Formalizaram-se ainda quatro extensões contratuais com docentes doutorados do Instituto para o desenvolvimento de atividades de investigação. Com esta mobilização de investigadores, o ICPOL conseguiu garantir uma bolsa com mais de 10 investigadores doutorados com dedicação de um mínimo de 30% do seu tempo, facto que permitirá, a curto prazo, desenvolver todas as formalidades tendentes à avaliação do ICPOL pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), como pequena unidade de Investigação e Desenvolvimento (I & D).

### 2.2.2 Centro de Documentação e Informação (CDI)

O Centro de Documentação e Informação (CDI), enquanto unidade de apoio técnico ao ensino, ao centro de investigação e à comunidade académica e científica nacional e estrangeira e à comunidade em geral, além das atividades de suporte ao ensino pós-graduado, à investigação, à publicação de obras científicas e ao estreitamento de relações institucionais com unidades orgânicas de ensino pós-graduado e de investigação nacionais e estrangeiras (em especial do Brasil), desenvolveu um conjunto de outras atividades de suporte e apoio ao ensino e à investigação do Instituto, designadamente:

- Em 2016 ficou com a responsabilidade editorial do Instituto, tendo, neste âmbito, publicado em dezembro de 2016 duas monografias: *Ética Policial - Eticidade da coação policial* do Professor Doutor Pedro Clemente e *Ação Policial face à ação coletiva: teoria para uma estratégia de policiamento de multidões* do Professor Doutor Sérgio Felgueiras.
- Relativamente à Revista Científica POLITEIA, elaborou uma proposta de Política Editorial da revista e o fluxograma do processo editorial, com o intuito de o Conselho Editorial proceder à candidatura da revista à SIELO (*Scientific Electronic Library Online*).
- Continuou a preencher o repositório institucional do Instituto de dissertações do Ciclo de Estudos de MICP e de monografias de Licenciatura em Ciências Policiais.
- Introduziu todas as dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado e não integrado em Ciências Policiais no Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público (RCAAP).
- Com o apoio dos Serviços Sociais da PSP, procedeu à aquisição de monografias e publicações periódicas.
- Recebeu doações de monografias de privados.
- Procedeu ao expurgo dos seus arquivos - todos os documentos excedentes e sem interesse para a coleção da Biblioteca foram oferecidos aos alunos, professores e quadro orgânico.
- Apoiou os eventos científicos realizados ao longo do ano letivo, no Instituto.
- Representou o Instituto e a PSP na 86ª Feira do Livro de Lisboa - o evento foi um sucesso promocional da atividade e produção científica do Instituto/PSP.
- A convite de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo Sousa, o Instituto, representado pelo CDI, esteve presente na Festa do Livro realizada nos Jardins do Palácio de Belém.

O horário de funcionamento da biblioteca foi ajustado, de modo a prestar um melhor serviço à comunidade académica e científica, indo ao encontro das suas necessidades.

Na sequência de contactos estabelecidos com editoras foram colocados à consignação na livraria, livros editados por professores do Instituto. Deste modo, tenta-se prestar um serviço de proximidade para com a comunidade científica interna e externa.

Em 2016, a livraria da Biblioteca registou um grande aumento de venda de livros.

Continuou a registar-se um considerável número de visitas internas e externas, bem como de requisições e assistiu-se a um aumento de pesquisas seletivas (Tabela 11).

**Tabela 11 | Biblioteca - Visitas, requisições e pesquisas 2016**

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Visitas internas e externas	2.725
Requisições	2.500
Pesquisas seletivas	720

Fonte: Centro de Documentação e Informação.

### 2.3. Corpo de Alunos [CAL]

Ao Corpo de Alunos (CAL) compete<sup>8</sup> o comando dos Cadetes-alunos, a sua integração no Instituto e na PSP, a execução de ações conducentes à sua adequada preparação policial, ética, social e cultural, tendo em vista a formação como oficiais de polícia.<sup>9</sup>

Em 2016, o CA desenvolveu as seguintes atividades:

- De acordo com a missão e objetivos definidos pela direção do Instituto para o CAL, as atividades desenvolvidas ao nível do **Comando** materializaram-se em:
  - Planeamento, direção, comando e coordenação de todas as atividades desempenhadas pela estrutura do CAL;
  - Docência em Unidades Curriculares do MICP (CFOP) e do MCP (NI);
  - Participação no (i) Conselho Científico, (ii) no Conselho Pedagógico, bem como no (iii) Grupo de Trabalho para a constituição do Museu da Polícia;
  - Representação do Instituto na AEPC e FRONTEX;
  - Criação e manutenção da Sala de Criminalística;

<sup>8</sup> O Corpo de Alunos organiza as suas tarefas não de acordo com o calendário civil, mas de acordo com o ano letivo (entre Setembro de um ano e Julho do ano seguinte), pelo que, as informações relativas às tarefas constantes do presente RA são, em grande medida, tarefas em curso.

<sup>9</sup> Artigo 12.º, n.º 1 do EISCPSP.

- Formação, no âmbito do Departamento de Formação da Direção Nacional da PSP - cursos de Comando e Liderança e Técnicas de Comando e Liderança para oficiais superiores, técnicos superiores e chefes de polícia -, bem como outros cursos de comando e liderança, além do curso CEPOL Course 91/2017 - Management of Diversity (step 2) – Viena;
- Responsabilização pelo cumprimento das regras de utilização da carreira de tiro;
- Presidência do júri do 33.º concurso de admissão ao MICP/CFOP.
- As atividades desenvolvidas pelos **Oficiais do CAL** decorrem, essencialmente, de funções de comando, coordenação e acompanhamento dos cursos, projetos e alunos, materializando-se em:
  - Atividades de comando do 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano e 4.º ano do CFOP, relativos aos anos letivos 2015-16 e 2016-17;
  - Participação na integração dos Cadetes-alunos do 1.º ano - Operação Rubicão (2015-16) e Operação Rubicão II (2016-17);
  - Acompanhamento dos Cadetes-alunos durante as saídas do Instituto, nomeadamente, em visitas de estudo e deslocações a outras academias, durante competições desportivas;
  - Supervisão do (i) projeto-escola “Corrida Solidária ISCPSP / APAV 2016-17”, do (ii) projeto-escola “Trail / Make-a-Wish 2016-17” e do (iii) projeto-escola “BTT-ISCPSP 2016”, integrados no vetor Grandes Eventos Desportivos de Marca Institucional (GEDMI);
  - Supervisão dos projetos-escola “Campeonatos internos e Triatlo”, integrados nos vetores GEDMI desportos coletivos e individuais para 2015-16;
  - Organização e supervisão do campeonato realizado no âmbito do projeto-escola do Desporto - contacto com as restantes academias (Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea);
  - Colaboração no Projeto "Sport+", no âmbito do Fórum Europeu de Segurança Urbana
  - EFUS (novembro e dezembro);
  - Coordenação da organização do InterEMES;
  - Coordenação e planeamento das sessões previstas no plano anual de tiro para os elementos quadro orgânico do Instituto, aspirantes e Cadetes-alunos;

- Planeamento das atividades de interrupção letiva (PAIL) e acompanhado dos cadetes-alunos nas visitas de estudo programadas pelos docentes, bem como participação na organização e implementação do PAIL nos anos letivos 2015-16 e 2016-17;
- Responsabilização pelo Gabinete de Educação Física do Instituto.
- As atividades desenvolvidas pelo **Gabinete Psicopedagógico** (GPP), em 2016, decorrem das suas atribuições específicas e de um conjunto de outras atividades de coordenação de projetos e de suporte às atividades do CAL, designadamente:
  - Promoção, apoio e acompanhamento psico-educacional dos Cadetes-alunos ao nível do (i) atendimento e acompanhamento individualmente ao longo do ano, (ii) das entrevistas vocacionais no processo de seleção, da (iii) execução de exercícios de dinâmica de grupo, das (iv) entrevistas aos alunos do 1º ano de modo a analisar o processo de adaptação ao contexto académico, do (v) acompanhamento das atividades e iniciativas desenvolvidas pelos cadetes-alunos e da (vi) criação, coordenação e implementação exercícios de liderança (EL).
  - Supervisão dos vetores “Solidariedade e Responsabilidade Social” e “Comunicação & Desenvolvimento de Imagem Institucional”, integrados nos Vetores dos projetos-escola;
  - Participação na integração dos Cadetes-alunos do 1.º ano – Operação Rubicão (2015-16) e Operação Rubicão II (2016-17);
  - Criação e implementação de exercício de integração: *Energizers e Icebreakers*;
  - Pilotagem da participação do Instituto no Projeto Internacional "Sport+", para atribuição do Prémio Europeu para a Integração Social Através do Desporto (2015 e 2016)<sup>10</sup>;
  - Dinamizou o Projeto de Renovação de Salas de Aula, Reabilitação de Áreas de Convívio e Espaços Verdes do Instituto;
  - Colaborou na organização e dinamização do 1º Workshop sobre “Gestão de Projetos” destinado aos alunos do 3º e 4º ano;

---

<sup>10</sup> Este projeto foi organizado pelo *European Forum for Urban Security* (EFUS) em colaboração com cinco parceiros europeus, (1) ASBL *Fan Coaching-Eurofan* (Bélgica), (2) Universidade de Saragoza (Espanha), (3) *Italian Forum for Urban Security* – FISU (Itália), (4) *Netherlands Institute for Sports and Physical Activity* – NISB (Holanda) e (5) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Portugal). Como resultado do trabalho desenvolvido foi elaborada a publicação “*European Practices for Social Integration Through Sport*” (EFUS, 2017).

- No âmbito da promoção e realização de estudos e investigação científica, o GPP colaborou com o ICPOL (i) no Projeto de Investigação "Adaptação ao Ensino Superior Policial" – ADESPOL e, no âmbito do Fórum Europeu de Segurança Urbana – EFUS, colaborou no Projeto "Sport+".
- Integrou, no âmbito do projeto da Qualidade nos Serviços do Instituto, a Equipa de Autoavaliação do SGQ/A3ES.
- No âmbito do reforço da ligação à sociedade, o GPP, através de iniciativas desenvolvidas ao nível da Responsabilidade Social (RS), aprofundou este eixo estratégico do Instituto, (i) gerindo e coordenando, ao longo do ano, o Projeto-Escola Solidariedade e Responsabilidade Social, (ii) realizando 22 iniciativas no âmbito da RS e (iii) estabelecendo contactos e envolvendo 103 entidades (93 entidades externas e 10 Serviços/Unidades orgânicas/Comandos e Divisões da PSP);
- De registar ainda a participação em diversas conferências, encontros e seminários de interesse para o Instituto e o desenvolvimento de cursos/ações de formação diversas.
- No âmbito do processo **de integração dos novos Cadetes-alunos** o CAL desenvolveu a "Operação Rubicão", tendo planeado e executado todos os exercícios em colaboração com a UEP, que cedeu as suas instalações para o efeito.
  - Em setembro de 2016, realizaram-se diversas atividades extracurriculares, que mantiveram os cadetes do 1.º ano ocupados, promovendo-se o desenvolvimento de espírito de corpo e sacrifício, num exercício que testou as dinâmicas de grupo e as capacidades individuais, em diversas dimensões e face a um cenário hostil e de escassez de recursos;
  - Os exercícios implicaram o raciocínio e a destreza física, em esforço continuado, num cenário hostil e de recursos limitados, que permitiu (i) avaliar a resiliência, capacidade de organização e de cooperação dos envolvidos, (ii) avaliar a coesão, espírito de corpo, camaradagem e a "cadeia de valor" interna dos envolvidos e (iii) testar a organização de um exercício, a integrar no processo de seleção de candidatos ao MICP.
- O projeto educativo do MICP/CFOP é poliédrico, exigindo, a par da aquisição de competências técnicas e científicas, o desenvolvimento de capacidades de liderança, de cooperação e de resolução de problemas. Entre as atividades destinadas a desenvolver tais competências, encontram-se os **projetos-escola**.

Avaliadas as necessidades do Instituto e após uma primeira reformulação da estrutura e organização dos projetos-escola<sup>11</sup>, o Comando do CAL propôs à direção, durante o ano letivo 2014-15, a reorganização destes mesmos projetos e, em 2016, preparou a implementação de uma Estratégia para os Projetos-Escola 2017-19 que passou por:

- Realizar uma oficina de gestão de projetos destinada aos alunos do 4.º e 3.º ano (Setembro 2016), com a participação de entidades policiais e entidades externas;
- Racionalizar os vetores definidos anteriormente e acrescentar *stakeholders* e novos parceiros à extensa rede já existente, de acordo com a Estratégia para os Projetos Escola 2017-19;
- Implementar um processo de organização distinto, documentado e que sirva para a concentração de conhecimento. Os projetos escola passaram a ter uma estrutura comum.

Em 2016, e no âmbito do Grupo de Trabalho para a Qualidade no Ensino Superior (GT2/CS11), o Projeto-Escola Solidariedade e Responsabilidade Social foi identificado como uma boa prática.

No âmbito deste projeto foram realizadas 35 atividades, envolvendo a articulação com diferentes Comandos policiais e recursos internos da PSP, conjugados com 124 entidades externas.

Outras ações de apoio social e aproximação com a comunidade e eventos de recolha de bens, géneros ou fundos também foram desenvolvidas no âmbito deste projeto, bem como no âmbito do Projeto-Escola Comunicação e Desenvolvimento de Imagem Institucional.

De referir ainda, no âmbito da RS a organização dos seguintes eventos desportivos:

- 13.ª Corrida ISCPSP-APAV;
- 11.º Passeio BTT ISCPSP-ACREDITAR;
- Uma prova experimental de Triatlo;
- Lançaram-se as bases para o 1.º *Trail* ISCPSP-MAKE-A-WISH, a realizar em 2017.

Estes eventos têm um forte impacto e pretendem criar visibilidade e *awareness* para as causas apoiadas e reunir fundos para instituições com a responsabilidade social.

---

<sup>11</sup> Os projetos escolas têm um novo modelo de organização que contempla um planeamento escrito com (i) definição de objeto, (ii) objetivos, (iii) etapas, (iv) calendarização e (v) projeção de custos.

- Ao Gabinete de **Educação Física** (GEF) compete manter as instalações desportivas e os respetivos equipamentos operacionais, prestar apoio à formação na área da educação física e às demais atividades do CAL.

Durante o ano de 2016, desenvolveu as seguintes atividades:

- Controlo e manutenção das infraestruturas desportivas;
- Apoio aos docentes nas aulas e em período de avaliação;
- Participação no PAIS e operação Armagedão;
- Participação nos exercícios de liderança, realizados no Instituto e em Monsanto;
- Participação no CHALLENGER 2016;
- Participação no InterEMES 2016;
- Participação na integração dos cadetes do 1.º Ano – operação Rubicão;
- Apoio nos diversos torneios desportivos internos desenvolvidos pelos Cadetes-alunos;
- Colaboração com os diversos serviços do Instituto, no que concerne ao apoio para a realização de eventos desenvolvidos, neste instituto;
- O GEF tem vindo a disponibilizar o curso/ação de formação em Suporte Básico de Vida.

- Em 2016, o CAL **representou o Instituto** em 51 cerimónias.

As representações contemplaram a presença dos seus Oficiais e de 250 Cadetes-alunos, em cerimónias realizadas na Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea, Unidade Especial de Polícia, Escola Superior Técnica de Saúde de Lisboa, Cemitério dos Prazeres, Mosteiro dos Jerónimos, Colégio Militar, Sociedade Histórica da Independência de Portugal e em outras instituições de cariz social.

Os cadetes-alunos estiveram ainda presentes em 41 feiras vocacionais organizadas por escolas secundárias e 4 feiras regionais e nacionais.

- O CAL, sendo, por decisão superior, responsável pela **instrução** do quadro orgânico do Instituto, organizou, em 2016, a formação de tiro (sessões teóricas e práticas), destinada ao efetivo do Instituto.

Aproveitando o PAIL, procedeu-se ainda à formação de cadetes em TIP e tiro.

- A secretaria do CAL desenvolveu, à semelhança dos anos anteriores, um conjunto de **atividades de secretariado** e apoio administrativo aos oficiais do CAL e aos Cadetes-alunos, prestando todo o apoio de cariz administrativo de que os Cadetes-alunos necessitam desde o seu ingresso à conclusão do curso.

Entre as atividades realizadas, enunciam-se as que vão desde a receção e organização dos processos individuais dos Cadetes-alunos (trata de toda a documentação relativa aos cadetes-alunos ao longo da frequência do curso), à distribuição dos cadetes pelas turmas e pelos quartos, passando pelo apoio e comunicação de expediente com outras Academias, bem como prestar informação ao Instituto Camões sobre os Cadetes-alunos bolsseiros.

## **2.4. Direção dos Serviços de Administração [DSA]**

Em 2016, e de acordo com as principais linhas de orientação estratégica traçadas para a área dos serviços de administração e, em concreto, para as áreas de recursos humanos, financeira, logística e tecnológica, desenvolveram-se atividades nestes diferentes domínios que se passam a descrever nos seguintes subcapítulos

### **2.4.1. Gestão Financeira [NGF]**

Em 2016, e em colaboração com o Departamento de Gestão Financeira (DGF) da Direção Nacional, o Núcleo de Gestão Financeira (NGF), na senda da melhoria contínua dos processos produtivos, nomeadamente, ao nível do controlo e verificação orçamental e no acompanhamento da execução de natureza macro, deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver desde o ano transato.

O modelo de gestão interna, assenta numa solução concetual integrada nos objetivos delineados para promover o desempenho e reforçar a eficácia do controlo orçamental, no âmbito das atribuições que estão consignadas à subdivisão orçamental “02-ISCPSP”, passando pela otimização da ferramenta “GeRFiP”, na concretização dos procedimentos e recursos financeiros e patrimoniais.

Simultaneamente, a autonomização na elaboração dos processos aquisitivos de natureza financeira, pese embora, a descentralização preconizada pelo DGF da Direção Nacional, encontra-se confinada ao modelo de gestão flexível que congrega as três subdivisões orçamentais da PSP, numa prática dinâmica e construtiva, contribuindo, também, para o sucesso e eficácia do trabalho desenvolvido no seio do NGF, com relevância para o incremento de medidas atinentes às “boas-práticas”, contribuindo para uma maior rapidez e minimização dos erros.

Para prossecução dos objetivos de melhoria contínua nos processos realizados pelo Instituto, redobrou-se a aposta na verificação dos próprios circuitos produtivos internos, configurando uma acrescida qualidade, transparência e normalização funcional junto do

vasto conjunto de interlocutores (internos e/ou externos), num contexto que deu ênfase à informação, no cumprimento dos objetivos estratégicos, superando as metas delineadas, numa acrescida valorização.

Os resultados alcançados refletem, de certo modo, um desempenho de excelência e de maior valorização dos recursos humanos existentes no seio deste núcleo, indo ao encontro de uma política de racionalização e aumento continuado dos níveis de competências, face ao crescente número de solicitações e constrangimentos que se foram colocando ao longo do exercício desenvolvido em 2016.

A resposta foi muito positiva, com resultados motivacionais e um balanço adequado aos valores profissionais e institucionais, num cenário cada vez mais globalizado ao nível da racionalização dos meios e recursos que mitigaram algumas carências de ordem financeira.

De realçar ainda o bom desempenho ao nível de receita arrecada que reforçou a taxa de crescimento ocorrida no período homólogo, deixando boas perspetivas futuras na senda do crescimento sustentado e duradouro.

#### **2.4.2. Logística [NL]**

As atividades de apoio e suporte logístico são indispensáveis à realização das atividades ditas primárias que, no caso do Instituto, são as atividades de ensino, investigação e internacionalização. Estas atividades de apoio e suporte como são a manutenção, requalificação, transporte, armazenamento, entre outras, visam assegurar o bom funcionamento das restantes. Em 2016, as atividades desenvolvidas a este nível permitiram o seguinte:

- Gestão de Instalações e Património:
  - Alguns dos espaços do Instituto foram requalificados, designadamente o espaço de vestiário destinado aos agentes masculinos, cuja renovação implicou obras de raiz e novos armários individuais; criaram-se ainda espaços com WC para Agentes femininos e para Chefes feminino.
  - O balneário da piscina foi reabilitado, sendo substituído todo o teto falso, a canalização de águas e eliminaram-se os armários estragados.
  - A criação de um espaço destinado ao acondicionamento dos caixotes do lixo implicou a construção de uma parede junto à entrada da Messe para acondicionamento dos caixotes do lixo.

- Pretendendo-se dotar o Instituto de um espaço de armazenamento de material logístico, colocou-se uma porta de grades num espaço da garagem para este fim.
- Na área de material técnico policial e armamento não se propôs a requalificação da Carreira de Tiro, dado encontrar-se encerrada a maior parte do tempo.
- Relativamente aos transportes, constata-se que, por motivos alheios ao Instituto, não se adquiriu um novo veículo de transporte de passageiros destinado a assegurar as deslocações dos formandos. Contudo, os dois veículos pesados de passageiros foram submetidos a uma nova pintura.
- A requalificação dos espaços destinados à alimentação, nomeadamente a requalificação dos esgotos da cozinha e da messe, não se concretizou, por motivos alheios ao Instituto.
- O espaço destinado à segurança e controlo de acessos não foi alvo de qualquer intervenção, designadamente a colocação de um aparelho de ar condicionado, pois preveem-se obras de remodelação.

Além das atividades elencadas, prestou-se todo o apoio logístico diário necessário a prossecução das atividades de ensino desenvolvidas pelo Instituto, quer ao nível do CMICP, como do CMCP e do CDEP, bem como no apoio a outras ações de formação, à realização de Seminários, Conferências, as quais sustentam a razão de existência deste estabelecimento de Ensino Superior de natureza policial.

### **2.4.3. Sistemas de Informação e Comunicação [NSIC]**

As atividades desenvolvidas, em 2016, ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações, centraram-se na (i) manutenção e operacionalidade da rede e estrutura informática e na (ii) expansão e implementação de novas funcionalidades nessa mesma rede informática e aplicacional, procurando-se responder e satisfazer as necessidades dos diferentes serviços.

Privilegiando-se, em 2016, estas duas vertentes, deu-se, contudo, prioridade ao desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades, designadamente:

- Em colaboração com o serviço de Tecnologia de Informação e Segurança do MAI, deu-se continuidade à reestruturação do *site* do Instituto, sendo certo que, para melhorar a visualização do mesmo, ainda há alterações de *layout* a fazer;
- Integrou-se, no *site* do Instituto, o acesso para consulta on-line do espólio da biblioteca;

- Implementou-se, em vários serviços do Instituto, uma aplicação<sup>12</sup> - concebida com *software da Microsoft* - para arquivo, em suporte digital, de toda a documentação;
- Continuou a expandir-se, parcialmente<sup>13</sup>, a rede *wireless* pelo edifício do Instituto, principalmente na zona de alojamento, melhorando-se as condições de estadia e as funcionalidades proporcionadas aos alunos;
- Aprimorou-se a instalação e configuração de um servidor, em *software open source*, para controlo de segurança do tráfego e acessos à rede académica;
- De acordo com os módulos de memória disponibilizados pela Direção Nacional da PSP e a capacidade do *hardware*, fez-se um *Upgrade* dos sistemas operativos dos computadores de *Windows XP* para *Windows 7*.

No entanto, e apesar do esforço desenvolvido, não foi possível cumprir, integralmente, todos os objetivos inicialmente propostos.

## 2.5. Núcleos de Apoio ao Diretor [NAD]

Os núcleos de apoio ao Diretor do Instituto são o Núcleo de Deontologia e Disciplina (NDD), o Núcleo de Relações Exteriores (NRE) e o Núcleo de Avaliação e Qualidade (NAQ). Existe ainda o Gabinete de Tradução (GTD) que presta apoio à Direção e serviços deste Instituto.

### 2.5.1. Deontologia e Disciplina [NDD]

A dimensão deontológica e ética e a disciplina inerente ao exercício de funções neste Instituto são, entre outros fatores, como a qualidade do desempenho, essenciais à boa organização e funcionamento do Instituto.

Em 2016, e no domínio deontológico e disciplinar, o Núcleo de Deontologia e Disciplina (NDD) registou as seguintes situações (Tabela 12).

**Tabela 12 | Processos de sanidade, disciplinar e administrativos - 2016**

Processos	Abertos	Concluídos	Pendentes
<b>Sanidade</b>	41	34	34
<b>Disciplinar</b>	2	1	1
<b>Administrativo</b>	0	0	0
<b>Averiguações</b>	0	0	0
<b>Recompensas</b>	17	17	0

Fonte: Núcleo de Deontologia e Disciplina.

<sup>12</sup> No entanto, por falta de *hardware* para digitalização, não foi implementado na totalidade. Os serviços que aderiram, estão a utiliza-la com bons resultados. Prevê-se que, em 2016, e à medida que se obtiver o *hardware* para digitalização sequencial, se consiga expandir esta aplicação a outros serviços.

<sup>13</sup> Foi realizado parcialmente, dada a impossibilidade de aquisição dos *access point (AP's)*.

### **2.5.2. Relações Exteriores [NRE]**

O NRE, além das atividades descritas em subcapítulo próprio relativo à internacionalização e cooperação internacional, desenvolveu, em 2016, um conjunto de atividades de apoio e suporte ao processo de internacionalização do Instituto, em diferentes domínios, e que vão desde a preparação e receção de representações e entidades congéneres que visitam o Instituto até ao assegurar o bom acolhimento dos formandos que frequentam os cursos aqui ministrados no âmbito da CEPOL.

As relações com o exterior, quer a nível nacional, como internacional, muito dependem das atividades de suporte e desempenho assegurado pelo NRE.

### **2.5.3. Avaliação e Qualidade [NAQ]**

O Núcleo de Avaliação e Qualidade (NAQ) tem vindo, de forma gradual, a desenvolver e a implementar um conjunto de ferramentas e mecanismo que permitirão, a médio prazo, dotar o Instituto, de forma abrangente e eficaz, de procedimentos e instrumentos de gestão que garantam a qualidade do desempenho do Instituto e, conseqüentemente, do seu ensino e investigação científica desenvolvida.

Pretende-se, em última instância, desenvolver, consolidar e certificar o Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ). Nesse sentido, em 2016, desenvolveram-se atividades e iniciativas que vão ao encontro dos requisitos previstos nos referenciais e critérios da A3ES para os SIGQ.

Tem-se vindo a adotar processos e procedimentos que contribuem para a promoção e a garantia da qualidade do desempenho do Instituto e dos seus ciclos de estudo, bem como para o desenvolvimento de uma cultura de garantia da qualidade.

O projeto da qualidade, em curso no Instituto, tenta dar resposta aos referenciais da A3ES para os SIGQ das IES e ao SGQ da PSP.

Em 2016, e entre os projetos iniciados ou desenvolvidos e as atividades realizadas, referem-se os seguintes (outras há que foram solicitadas pela Direção):

- **Implementação do SGQ-ISCPSP**

O Instituto - em conformidade com a (i) estratégia da Qualidade delineada pela Direção Nacional da PSP para toda a sua estrutura/dispositivo territorial, “Qualidade nos Serviços da PSP” e na sequência dos subsequentes despachos ou NEP’s, e, as (ii) exigências da A3ES relativamente à garantia da qualidade do Ensino ministrado no Instituto, quer ao nível dos Ciclos de Estudo, quer do SIGQ, além da

avaliação institucional – com as ferramentas e os recursos humanos disponíveis, tem vindo a desenvolver, em simultâneo, dois processos de autoavaliação paralelos:

- Um por referência ao projeto da qualidade para a PSP (SGQ-PSP), que assenta, numa 1.<sup>a</sup> fase, na aplicação da metodologia CAF (prevê também a elaboração do manual de procedimentos);
- Outro, tendo por base os referenciais e os critérios da A3Es para os SIGQ das IES.

Para efeitos de autoavaliação constituíram-se duas Equipas de Autoavaliação (EA) - EA SIGQ e EA CAF.

Relativamente ao Manual de Procedimentos, e após um 1.<sup>o</sup> contributo dos serviços, o NAQ tem vindo a proceder à revisão e redesenho de todos os procedimentos identificados e mapeados.

No domínio da CAF, adaptaram-se e aplicaram-se os três tipos de questionário de avaliação da satisfação - aos clientes/estudantes, colaboradores e parceiros institucionais – e elaboraram-se os respetivos relatórios.

- **Instrumentos de Gestão**

- Elaboração do Relatório de Atividades do ISCPSP - 2015;
- Elaboração do Plano Estratégico do ISCPSP – 2017-2020;
- Elaboração do Plano de Atividades do ISCPSP – 2017;
- Monitorização, mensal dos objetivos operacionais e respetivos indicadores delineados pela Direção Nacional da PSP para o Instituto, relativos a 2016, comunicando-os ao GEP-DN/PSP.

- **Instrumentos de Avaliação Pedagógica**

- Reestruturação dos questionários de avaliação pedagógica aplicados ao CMICP, ao CMCP (NI) e ao CCDP.
- Promoção da avaliação quantitativa e qualitativa do CMICP, do CMCP (NI) e do CCDP, tendo por referência um conjunto de parâmetros e indicadores e recorrendo aos seguintes instrumentos de avaliação:
  - Aplicação de inquéritos por questionário aos Cadetes-alunos, Aspirantes e Docentes do CMICP;
  - Aplicação de inquéritos por questionário aos Mestrados e Docentes do CMCP (NI);
  - Aplicação de inquéritos por questionário aos Comissários do 2.<sup>o</sup> CCDP.

- Elaboração do relatório de avaliação pedagógica do 2º CCDD, decorrente das perceções dos Comissários.
  - Conceção e aplicação do questionário de avaliação da Plataforma *E-learning* aos Docentes a fim de se aferir o grau de satisfação.
- **Grupo de trabalho para a qualidade no ensino superior (GT2)**

O GT2 é um dos dois grupos de trabalho da Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS/11) do Sistema Português da Qualidade.

Enquanto membro do GT2, o Instituto, representado pelo NAQ, participou nas reuniões mensais organizadas por este grupo de trabalho, dando o seu contributo, nomeadamente ao nível da identificação de Boas Práticas (BP) de Responsabilidade Social (RS) nas IES, co elaboração de um Poster alusivo à BP RS do Instituto, bem como preenchendo uma matriz de diagnóstico, aplicada às IES, membros do GT2, que permitiu proceder ao levantamento e fazer o ponto de situação relativamente às atividades e iniciativas realizadas pelo Instituto no domínio da RS.

#### **2.5.4. Tradução [GTD]**

Em 2016, o Gabinete de Tradução (GTD) desenvolveu um conjunto de atividades que se passam a descrever.

- Procedeu à tradução e revisão de toda a documentação necessária à avaliação dos ciclos de estudos do Instituto a acreditar pela A3ES.
- Traduziu e atualizou o conteúdo das páginas oficiais da *internet* do Instituto o que permite dar a conhecer o Instituto às Instituições congéneres com todos os benefícios que daí podem advir.
- Supervisionou os estagiários do mestrado em tradução da FLUL, contribuindo para o desenvolvimento do protocolo entre o Instituto e a FLUL. Esta supervisão também incluiu a participação no júri para defesa das teses. Neste âmbito, foi ainda revista a tradução de 4 manuais de combate ao terrorismo nos mais variados contextos, tais como, grandes eventos, estádios e anfiteatros, setor da aviação, hotéis e restaurantes, para posterior publicação e divulgação junto da DN, EPP, Instituto e Comandos de Polícia.
- Para além destes trabalhos, é de salientar a tradução de:
  - Várias apresentações (algumas pedidas pela DN) sobre a PSP e o Instituto, aquando da visita ou da receção de entidades estrangeiras de instituições congéneres;

- Documentos e artigos do ICPOL;
- Currículos dos oficiais visitantes e visitados;
- Excertos de obras da autoria de alguns oficiais de polícia e já publicadas;
- Alguns artigos escritos por oficiais de polícia;
- *Abstract* da revista policial científica “Politeia”;
- Teses elaboradas pelos aspirantes;
- Certificados e diplomas de curso;
- Correspondência com entidades estrangeiras.

Não menos importante foi a participação em conferências, em particular sobre os direitos dos animais, onde se fez tradução consecutiva, bem como a tradução das biografias e de algumas apresentações dos oradores para inglês.

### **3. Resultados dos objetivos delineados pela DNPSP para o ISCPSI**

De acordo com os objetivos e indicadores de desempenho inicialmente delineados e atribuídos pela Direção Nacional da PSP ao Instituto, e, em conformidade com o mecanismo de monitorização disponibilizado pelo GEP/DNPSP, ao Instituto, competiu, em 2016, monitorizar os indicadores n.ºs 55, 56, 70, 78, 79, 80 e 81 (Tabela 13).

Tabela 13 | Alinhamento dos objetivos, indicadores e metas com os objetivos estratégicos da PSP – 2016

Objetivos operacionais		Articulação com os OE 2013-2016					Indicadores			Execução			
N.º	Descrição	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	N.º	Descrição	Metas	Resultados	Taxa	COORD. (a)	EXEC. (b)
8	Promover o controlo interno e a qualidade do Ensino e Formação na PSP						55	N.º de inquéritos aplicados aos Cursos de Mestrado Integrado e não Integrado do ISCPSI para avaliar os padrões de qualidade	6	7	116,7	ISCPSI	NAQ
							56	Aplicar inquérito ao corpo docente do ISCPSI para aferir os índices de qualidade da plataforma e-learning	1	1	100,0	ISCPSI	NAQ
12	Melhorar a imagem institucional						70	N.º de <i>Newsletters</i> do ISCPSI elaboradas e difundidas	6	6	100,0	ISCPSI	CAL
14	Promover o prestígio institucional a nível científico e fomentar o conhecimento em matéria de segurança interna ao nível nacional e internacional						78	N.º de seminários nacionais e internacionais organizados no domínio da segurança interna	2	3	150,0	ISCPSI	ICPOL
							79	N.º de obras científicas promovidas e publicadas	2	2	100,0	ISCPSI	ICPOL
15	Coordenar e participar em atividades inerentes à cooperação internacional						80	N.º de estágios de Comando e Direção para Oficiais da CPLP a organizar	1	0	0,0	DF DNPSP	ISCPSI
							81	N.º de candidaturas apresentadas à organização de cursos CEPOL	2	5	250,0	ISCPSI	NRE

(a) Serviço responsável pela coordenação da execução;

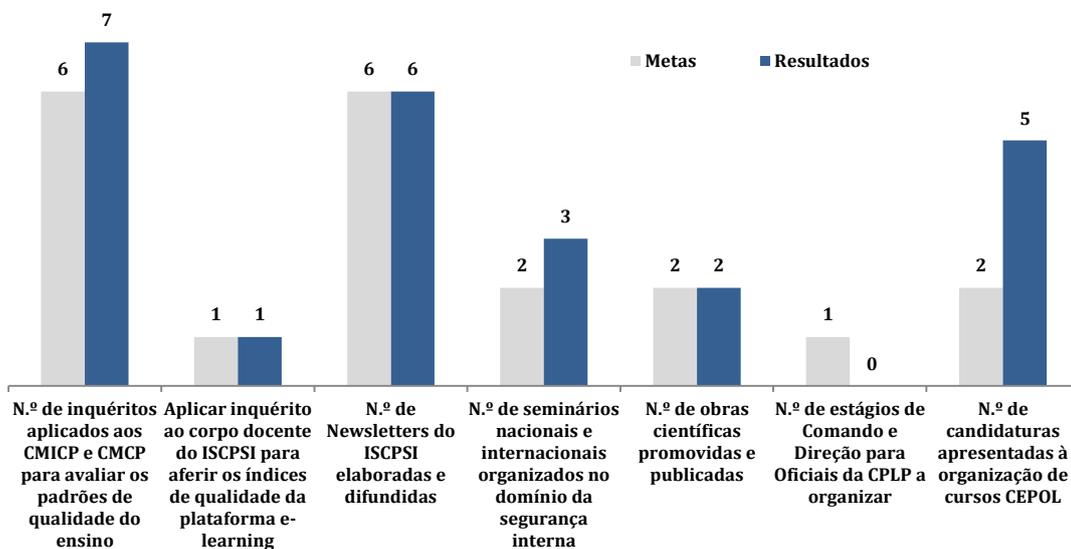
(b) Serviços que executam.

Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

Uma análise global dos resultados alcançados, por referência aos objetivos, indicadores e metas traçadas pela Direção Nacional da PSP para o Instituto, permite observar que, o Instituto, no âmbito das suas competências, contribuiu para o bom desempenho da PSP, conforme se observa na Tabela 13 e Gráfico 4. As metas traçadas não só foram alcançadas como superadas.

Apenas a meta traçada para o indicador 80 “N.º de estágios de Comando e Direção para Oficiais da CPLP a organizar” não foi atingida – fatores exógenos ao Instituto tal não permitiram, pois o Estágio foi cancelado pelo MAI por inexistirem candidatos suficientes.

**Gráfico 4 | Metas e resultados alcançados, por indicador - ISCP SI - 2016**



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

As taxas de execução alcançadas (Tabela 13), bem como os resultados das atividades desenvolvidas ao longo de 2016, previstas e não previstas, refletem e revelam uma intensa dedicação e pro-atividade de todos os colaboradores que laboram neste Instituto. Só assim foi possível minimizar alguns constrangimentos inerentes, por um lado, à gestão de recursos humanos (défice acentuado de recursos humanos, quer em termos quantitativos, quer em termos de qualificações, face à importância e responsabilidade das tarefas a desempenhar neste Instituto) e, por outro, decorrentes das próprias limitações de ordem financeira que existem atualmente em toda a PSP.

#### 4. Apreciação/Grau de satisfação dos estudantes, colaboradores e parceiros institucionais

O Instituto, no âmbito das suas competências, e enquanto Instituição de Ensino Superior (IES) presta serviços a clientes/utilizadores internos e externos. Tendo em vista obter informação sobre o (i) grau de satisfação dos seus clientes/estudantes relativamente à quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como sobre o (ii) grau de satisfação dos seus colaboradores e (iii) parceiros institucionais, e indo ao encontro dos requisitos enunciados no nº 2 do Artigo 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Instituto, aplicou, em 2016, pela primeira vez, três tipos de questionário de satisfação.

Os três inquéritos de satisfação aplicados, *on-line*, foram estruturados por referência a um conjunto de dimensões e parâmetros e utilizou-se uma escala de *Likert* com cinco níveis de satisfação: 1 - muito insatisfeito; 2 - insatisfeito; 3 - pouco satisfeito; 4 - satisfeito; 5 - muito satisfeito - e uma coluna de NS/NA, (não sabe/não se aplica).

A análise e tratamento dos resultados permitiram apurar os valores percentuais médios de satisfação para as diferentes dimensões e parâmetros de análise.

##### 4.1. Satisfação dos clientes/estudantes

O período de resposta decorreu entre os dias 05 e 27 de maio de 2016.

A taxa de resposta global foi de 86,1% (216, em 251), sendo que:

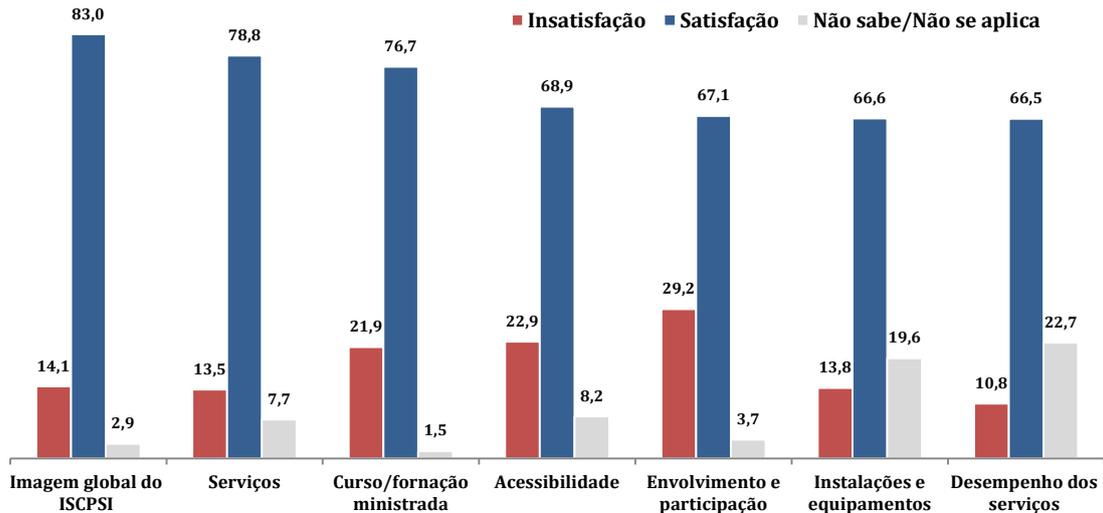
- Cadetes alunos e Aspirantes do CMICP - 84,2% (139, em 165);
- Mestrandos do CMCP (NI) - 37% (20, em 54);
- Comissários do CCDP - 81,3% (26, em 32);
- Outros (31).

Globalmente, a satisfação média dos estudantes situa-se nos níveis “*Satisfeito*” e “*Muito satisfeito*” - 72,5%. A “*Imagem global do ISCP SI*”, com 83%, é a dimensão de análise com maior grau de satisfação, e a dimensão “*Desempenho dos serviços*”, com 66,5%, é a que apresenta um nível de satisfação mais baixo (Gráfico 5).

Observa-se que, apesar dos resultados apurados serem globalmente positivos, há (i) dimensões como o “*Envolvimento e participação*” (29,2%), a “*Acessibilidade*” (22,9%) e o “*Curso/formação ministrada*” (21,9%) (Gráfico 5), e (ii) parâmetros como “*Serviço de manutenção e limpeza*” (54,2%), “*Acessibilidade para deficientes e carros de bebés (rampas de acesso, elevadores)*” (48,1%), “*Facilidade de estacionamento*” (47,2%), “*Participação dos*

estudantes em reuniões para debater a melhoria dos processos do ISCP SI” (43,1%) e “Serviço de Messe” (40,7%), entre outros parâmetros, com graus de satisfação menos positivos que merecem reflexão, tendo em vista compreender as suas causas, e, conseqüentemente, implementar ações de melhoria tendentes a corrigir/alterar essas mesmas causas, geradoras dessa mesma insatisfação.

**Gráfico 5 | Grau de satisfação global/média dos estudantes, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 3 (satisfação)] (%)**



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

## 4.2. Satisfação dos colaboradores

O período de resposta decorreu entre os dias 05 e 29 de junho de 2016.

A taxa de resposta global foi de 54,8% (68, em 124), sendo que:

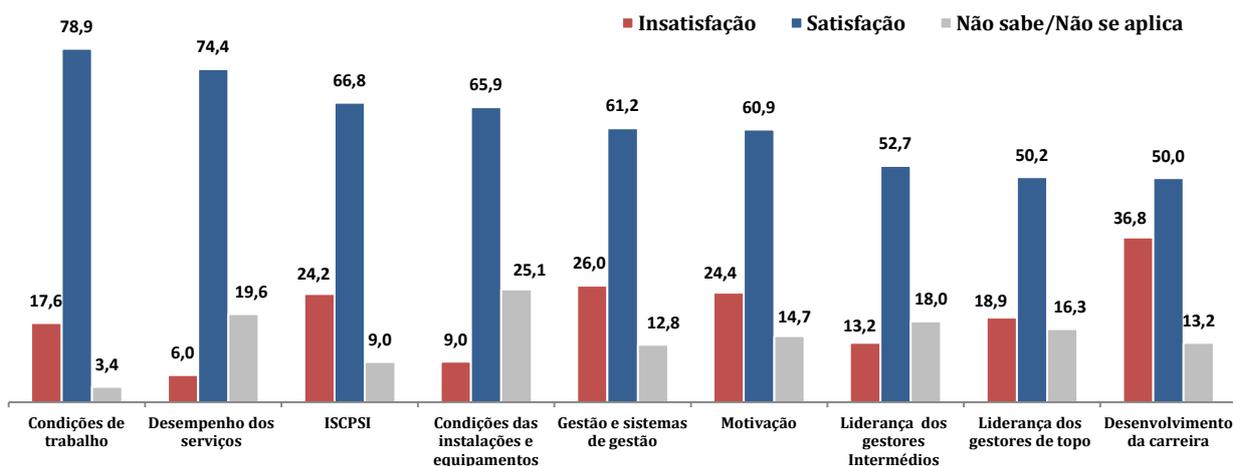
- Oficiais – 57,1% (8, em 14);
- Chefes – 63,6% (7, em 11);
- Agentes – 51,3% (41, em 80);
- Técnicos Superiores – 42,9% (3, em 7);
- Técnicos de Informática e Assistentes Técnicos – 50% (1, em 2);
- Assistentes Operacionais – 80% (8, em 10).

Globalmente, a satisfação média dos colaboradores situa-se nos níveis “Satisfeito” e “Muito satisfeito” - 62,3%. As “Condições de trabalho”, com 78,9%, é a dimensão de análise com maior grau de satisfação, e a dimensão “Desenvolvimento da carreira”, com 50%, é a que apresenta um nível de satisfação mais baixo (Gráfico 6).

Constata-se que, apesar dos resultados apurados serem globalmente positivos, há (i) dimensões como o “Desenvolvimento da carreira”, a “Liderança”, a “Gestão e sistemas de

gestão” e a “Motivação”, e (ii) parâmetros como “Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e gestão de topo”, “Acesso a formação relevante para desenvolver os objetivos individuais” e “A forma como o ISCPST reconhece e recompensa os esforços individuais”, entre outros, com graus de satisfação menos positivos que merecem reflexão, tendo em vista compreender as suas causas, e, conseqüentemente, implementar ações de melhoria tendentes a corrigir/alterar essas mesmas causas e insatisfação.

**Gráfico 6 | Grau de satisfação global/média dos colaboradores, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 2 (satisfação)] (%)**



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

### 4.3. Satisfação dos parceiros institucionais

O período de resposta decorreu entre os dias 13 e 29 de julho de 2016.

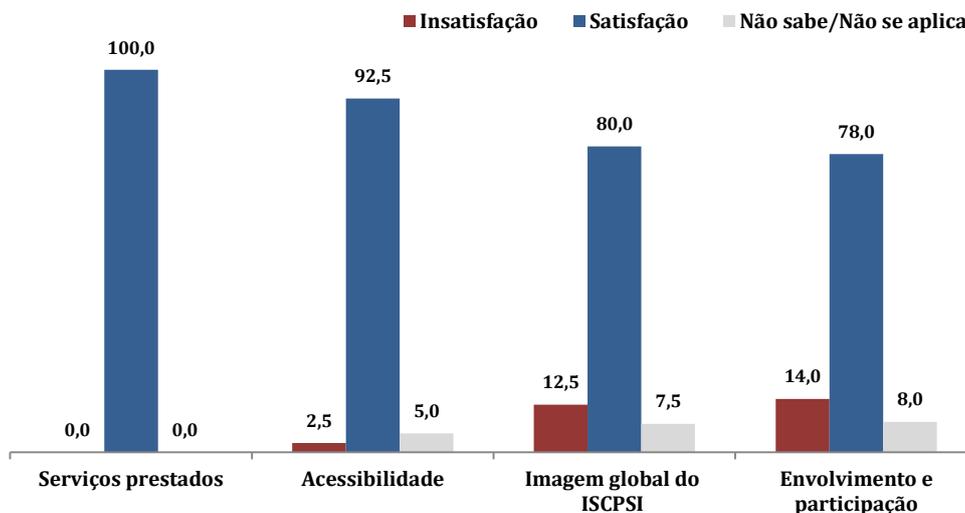
A taxa de resposta global foi de 11,6% (10, em 86), sendo que:

- Parceiros Institucionais Nacionais - 14% (7, em 51);
- Parceiros Institucionais Estrangeiros/Internacionais - 9% (3, em 35).

Em termos globais, a satisfação média dos parceiros institucionais é bastante positiva, situando-se nos níveis “Satisfeito”, “Muito satisfeito” e “Bastante satisfeito” - 87,6%.

Contudo, há (i) dimensões, como o “Envolvimento e participação” (14%) e a “Imagem global do ISCPST” (12,5%), e (ii) parâmetros como a “Cortesia dos colaboradores do ISCPST que lidam com os parceiros institucionais” (20%), a “Consulta aos parceiros institucionais para apresentar sugestões de melhoria dos serviços” (20%) e a “Frequência da aplicação de inquéritos para conhecer o grau de satisfação dos parceiros institucionais” (20%) com graus de satisfação menos positivos que merecem reflexão, tendo em vista implementar ações de melhoria tendentes a corrigir/alterar as causas geradoras da insatisfação dos parceiros institucionais externos (Gráfico 7).

**Gráfico 7 | Grau de satisfação global/média dos parceiros institucionais, por dimensão (escala de 1 a 3) [escala de 1 (insatisfação) a 2 (satisfação)] (%)**



Fonte: Núcleo de Avaliação e Qualidade.

## 5. Recursos

### 5.1. Recursos Humanos

Em 2016, mantiveram-se os constrangimentos de recrutamento de recursos humanos, designadamente para os serviços de apoio ao ensino. No entanto, otimizaram-se os mecanismos de maximização da eficácia e eficiência dos serviços e de reconhecimento e motivação dos recursos humanos.

- **Corpo docente**

O mapa de pessoal aprovado para a PSP, em 2016, contemplou a existência de 53 docentes de diferentes categorias académicas.

- **Pessoal não docente**

A composição e distribuição do pessoal não docente - pessoal com funções policiais e não policiais - afeto às atividades desenvolvidas pelos serviços do Instituto, encontra-se descrita na tabela 14.

**Tabela 14 | Número de funcionários não docentes, por categoria e serviço - 2016**

Serviços Carreiras		Direção					Total
		Direção	Direção de Ensino	Centro de Investigação	Corpo de Alunos	Direção dos Serviços de Administração (*)	
Funções policiais	Oficiais	2	4	1	4	3	14
	Chefes		2	1	2	7	12
	Agentes		8	5	4	64	81
	<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>74</b>	<b>107</b>
Funções não policiais	Técnicos Superiores			1	1	6	8
	Técnicos de Informática		1				1
	Assistentes Técnicos					1	1
	Assistentes Operacionais					9	9
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>19</b>
<b>Totais</b>		<b>2</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>90</b>	<b>126</b>

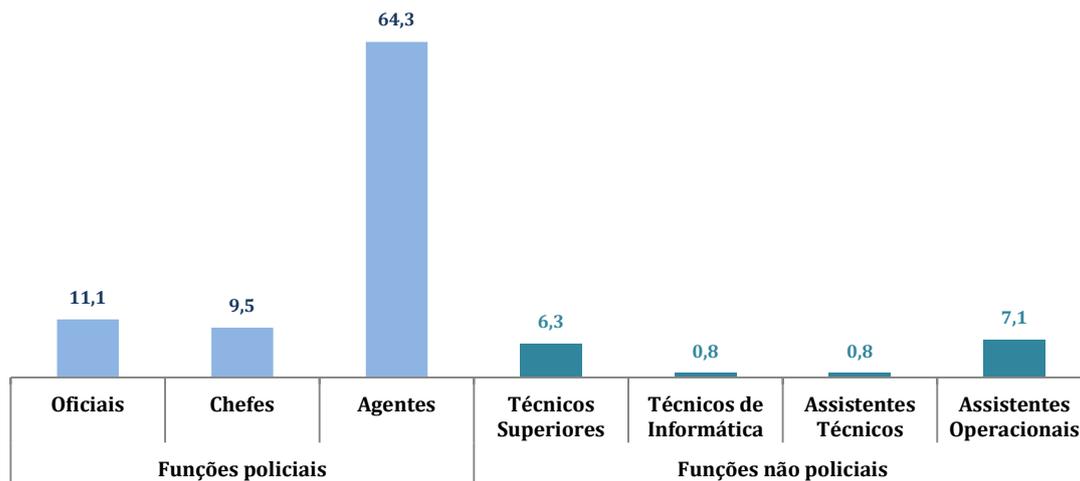
Fonte: Núcleo de Recursos Humanos do ISCPSI.

Recursos Humanos efetivos em 2016.

(\*) Inclui o efetivo afeto aos núcleos de apoio à Direção, aos núcleos da Direção de Serviços de Administração e ao Gabinete do Diretor.

64,3% (81, em 126) do efetivo do Instituto integra a carreira de Agente, 11,1% a carreira de Oficial, 9,5% a carreira de Chefe, 7,1% a carreira de assistente operacional e 6,3% a carreira técnica superior – as restantes carreiras representam valores percentuais inferiores a 1% (Gráfico 8).

**Gráfico 8 | Representatividade das carreiras profissionais no universo dos recursos humanos do ISCPSI - 2016**



Fonte: Núcleo de Recursos Humanos.

A idade média do pessoal policial e não policial afeto ao Instituto, era, em 31 de dezembro de 2016, de 50.9 e 53.7 anos, respetivamente.

O quadro legal em vigor (estatuto profissional do pessoal policial da PSP), mormente no que respeita ao regime de passagem à pré-aposentação e aposentação, impõe a necessidade de ser prevista, a curto prazo, a abertura de procedimentos (concursos para mobilidade interna) para a colocação de pessoal neste estabelecimento de ensino policial.

Finalmente, registre-se o facto de a taxa de enquadramento dos alunos apresentar a relação de 1 oficial instrutor para cada 88 alunos do CFOP. Também aqui, importará reforçar a capacidade de exercício da ação de comando.

De igual modo, importa manter e recrutar pessoal técnico qualificado para áreas específicas.

## 5.2. Recursos Financeiros

As fontes de receita do Instituto derivam do Orçamento de Estado (OE) e da componente receitas próprias. Relativamente ao OE e ao se analisar a evolução ao longo dos últimos cinco anos, verificamos que tem acompanhado o esforço nacional de contenção da despesa. Registamos dois aspetos, por nós considerados positivos:

- a) Entre 2012 e 2016, a taxa média de execução orçamental é de 88,6%. Tal indicador expressa a qualidade do planeamento, execução e controlo orçamental;
- b) Entre 2013 e 2016, e apesar da exigência do programa de ajustamento a que Portugal esteve sujeito, foi possível manter uma taxa de crescimento da execução orçamental (Tabela 15).

**Tabela 15 | Execução orçamental - 2012/2016 (variação % anual)**

Anos	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Execução orçamental</b>	-11,7%	15,9%	4,5%	5,2%	3,7%

Fonte: Núcleo de Gestão Financeira do ISCP/PSI.

Na ótica da despesa, não podemos deixar de destacar que 84,5% (valor médio) do orçamento, na sua componente da despesa, é afeto à remuneração do pessoal docente, não docente e estudantes.

Relativamente à componente das receitas próprias (Tabela 16), constatamos a existência de uma tendência de crescimento. Importa sinalizar que as receitas próprias do Instituto são fortemente influenciadas pela variável “número de alunos que frequentam o mestrado não integrado em ciências policiais”. Ora, e à imagem do que ocorre com os restantes estabelecimentos de ensino universitário (públicos e privados), assistimos a uma retração da procura.

**Tabela 16 | Receitas próprias - 2012/2016 (variação % anual)**

<b>Anos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas próprias</b>	44,5%	-19,8%	-29,7%	5,1%	9,5%

Fonte: Núcleo de Gestão Financeira do ISCP SI.

## **6. Avaliação e acreditação de ciclos de estudo**

O Instituto, em 2015, iniciou o processo de avaliação e acreditação dos ciclos de estudo que tem em funcionamento. Nesse sentido, cada uma das unidades orgânicas que, à data, era responsável pela organização e funcionamento dos cursos de mestrados ministrados no Instituto - CMICP e CMCP -elaborou e submeteu, à A3ES, os respetivos Guiões de Autoavaliação referentes a cada um dos dois ciclos de estudos, aguardando-se que o processo de avaliação externa seja concluído durante o ano de 2017.

O curso de Doutoramento em ciências jurídico-policiais encontra-se na fase de submissão à A3ES por parte da Escola de Direito da Universidade do Minho.

## **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2016, e à semelhança dos anos anteriores, o Instituto pautou a sua atividade de ensino, bem como de investigação científica, por referência a padrões de qualidade de ensino superior policial que ministra, numa permanente busca de melhoria contínua dos seus serviços que, direta ou indiretamente, contribuem para a qualidade do desempenho do Instituto e, por consequência, para a qualidade do próprio ensino.

As atividades de ensino, investigação científica e internacionalização e as atividades de apoio e suporte ao ensino, à investigação científica e à internacionalização foram, senão todas, pelo menos as mais prementes, desenvolvidas de acordo com um prévio planeamento anual inerente ao ciclo de gestão do Instituto para 2016.

Os objetivos, os indicadores e as metas delineadas pela Direção Nacional da PSP para o Instituto, e que se enquadram no âmbito das competências exclusivas do mesmo, apresentam, em termos globais<sup>14</sup>, taxas de execução demonstrativas do bom desempenho alcançado em 2016, sendo certo que se desenvolveram várias atividades que ultrapassaram o âmbito dos objetivos traçados, mas fundamentais para que o Instituto cumpra a sua missão.

Em 2016, o desempenho do Instituto contribuiu, no âmbito das suas competências, para o bom desempenho da PSP.

No entanto, e apesar do seu bom desempenho, decorrente do profissionalismo e dedicação que todos os seus colaboradores colocaram no exercício das suas funções, constrangimentos e condicionalismos de ordem diversa - já descritos no ano anterior -, mas sobretudo inerentes à gestão de recursos humanos (escassos e com défice de qualificação) e de ordem financeira (limitados), não permitiram alcançar os resultados desejáveis.

Assim, a administração e gestão de médio-longo prazo, a realizar por este estabelecimento de ensino, deverá ter em atenção estes fatores, dada a natureza e responsabilidade das tarefas desempenhadas neste estabelecimento de ensino superior. Só a dedicação e o empenho dos colaboradores tem permitido minimizar os condicionalismos mencionados.

---

<sup>14</sup> Apenas a meta traçada para o indicador 80 “Nº de estágios de Comando e Direção para Oficiais da CPLP a organizar” não foi atingida. Fatores exógenos ao Instituto não permitiram alcançar esta meta, pois o Estágio foi cancelado pelo MAI por inexistirem candidatos suficientes.

O Instituto, enquanto estabelecimento de ensino superior universitário, com especificidades próprias, inerentes à sua missão, tem exigido uma constante reflexão sobre a sua verdadeira dimensão e papel (o que se pretende) no universo dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal, ou mesmo entre os estabelecimentos de ensino superior policial na Europa.

Se por um lado, é relevante a dinamização decorrente da (i) atividade desenvolvida pelo Centro de **Investigação**, “motor” que tem permitido, ao Instituto, organizar e participar em múltiplos eventos, como conferências e seminários, entre outros, contribuindo, deste modo, não só para a produção de conhecimento em áreas específicas do saber, como, por inerência, para o aumento do prestígio deste Instituto, junto de outras entidades similares e de especialistas e investigadores científicos, por outro lado, e não menos importante, para a construção de ambientes de **ensino-aprendizagem** produtivos, e, para a consolidação dos valores institucionais, foram, indubitavelmente, relevantes as atividades desenvolvidas pela Direção de Ensino e pelo Corpo de Alunos, e que se encontram espelhadas, de forma transversal, em alguns dos indicadores dos diferentes objetivos previstos.

Não menos relevante é também a atividade que tem vindo a ser realizada ao nível das Relações Exteriores e de Cooperação Internacional, que têm potenciado o processo de **internacionalização** do Instituto.

Efetivamente, o ensino a investigação científica e a internacionalização constituem os referenciais norteadores da atividade desenvolvida por este Instituto.

Numa outra perspetiva, importa desenvolver esforços, conducentes ao desenvolvimento sinérgico, que garantam a continuidade de uma política de **abertura à sociedade** e ao mercado, devendo manter-se a promoção de ações de formação específicas, direcionadas a nichos de mercado externo, não apenas, porque aponta à possibilidade de aumento de receitas, mas sobretudo, porque representa a dinamização do papel esperado deste Instituto, neste caso, junto de setores de mercado formativo, contribuindo, por sua vez, para o reconhecimento deste estabelecimento de ensino, como centro privilegiado de produção de uma dada área de conhecimento. A (i) realização dessas ações e o prestígio que decorre das mesmas, a (ii) análise ao mercado, para deteção de novas oportunidades de formação, em áreas especializadas, a (iii) possibilidade de conjugar estas ações com os instrumentos de formação *e-learning*, já disponíveis neste Instituto, permitir-nos-ão, a médio-prazo, perspetivar novas dinâmicas e, conseqüentemente, o aumento de receitas próprias.

A própria otimização e crescente utilização da plataforma *E-learning*, a par da Biblioteca, assumem-se como instrumentos fundamentais de difusão e partilha do conhecimento, constituindo, a plataforma *E-learning*, um elo e motor de desenvolvimento institucional na nova sociedade do conhecimento.

Por outro lado, a (i) implementação de metodologias de autoavaliação e a (ii) conceção e adoção de **processos, procedimentos e instrumentos que promovam e garantam a qualidade, integrados num SIGQ**, constituem, em si mesmo, quando devidamente desenvolvidos e consolidados, garantia de qualidade do desempenho do ISCPsi e dos seus ciclos de estudo, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de garantia da qualidade que, de forma gradual, é interiorizada e orientadora do desempenho dos colaboradores, internos e externos, deste Instituto. **A implementação e consolidação de um SGQ-ISCPsi é um objetivo de curto médio prazo.**

A aplicação, pela primeira vez, de **inquéritos de satisfação** aos clientes/estudantes, colaboradores e parceiros institucionais do Instituto, decorre da implementação do projeto Q-ISCPsi, e demonstra a evolução que, o Instituto, passo a passo, dá no caminho da implementação de um efetivo SGQ-ISCPsi. Como se demonstra neste relatório, os **resultados globais** decorrentes dos questionários aplicados foram **bastante positivos**.

Os condicionalismos referidos, nomeadamente a escassez de recursos humanos e a contenção orçamental, exigiram uma adequada definição de prioridades de gestão e de otimização dos recursos disponíveis, mas não constituíram fatores impeditivos de cumprir a essência da missão deste Instituto.

No entanto, não deixam de constituir sérias ameaças e riscos, que caso não sejam debelados, continuarão a condicionar a atividade deste Instituto.

O Plano Estratégico para o quadriénio 2017-2020, constitui um instrumento de gestão fundamental para o Instituto, para a própria PSP e para a comunidade em geral, pois, traça um rumo de curto médio prazo que, por um lado, permite continuar a formar Comandantes e Líderes para a PSP e, por outro, partilhar conhecimento científico com múltiplos atores da sociedade corresponsáveis pela produção de segurança.

Os eixos estratégicos traçados para o quadriénio que ora se inicia são:

- Promover a qualidade no ensino
- Consolidar a investigação científica
- Reforçar a internacionalização
- Desenvolver a gestão da qualidade
- Otimizar a gestão de recursos e os processos produtivos

- Fortalecer o compromisso de Responsabilidade Social

Como desafios e objetivos principais a alcançar, elegem-se:

- Renovar a acreditação dos ciclos de estudo em funcionamento junto da A3ES, por um período de cinco anos
- Consolidar e diversificar a oferta de produtos formativos à comunidade
- Reforçar a componente tecnológica
- Incrementar as práticas laboratoriais operacionais
- Promover a monitorização contínua e a revisão periódica da oferta formativa
- Propor o reajustamento do regime legal do ensino superior policial;
- Reforçar o acervo bibliográfico da Biblioteca
- Consolidar a qualidade do Centro de Investigação - ICPOL
- Intensificar a cooperação técnico-policial na lusofonia
- Reforçar o prestígio na União Europeia
- Incrementar parcerias internacionais
- Redefinir a Política da Qualidade;
- Desenvolver um sistema de gestão da qualidade orientado para a melhoria contínua
- Melhorar a qualificação e a formação do pessoal docente e não docente
- Melhorar o clima social e os mecanismos de avaliação do pessoal docente
- Melhorar a comunicação interna e externa
- Otimizar os processos organizacionais com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC)
- Ampliar e requalificar as instalações - espaços de docência e de apoio à docência
- Incrementar um modelo de gestão e controlo financeiro (custos/atividades)
- Executar o orçamento de forma eficiente (controlo da despesa e aumento da receita própria)
- Aumentar o número de estudantes inscritos nos Cursos ministrados no Instituto
- Desenvolver e aprofundar os projetos de responsabilidade social
- Promover a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética
- Fomentar a inclusão e a igualdade.

Este é, pois, o caminho a trilhar no presente ano, orientado por um processo gradual (passo a passo) de melhoria contínua.

**F I M**

## **ANEXOS**

ANEXO I – Relatório de Atividades do ICPOL- Centro de Investigação  
|2016

(em volume próprio)





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS  
E SEGURANÇA INTERNA

ICPOL - Centro de Investigação

## **Relatório de Atividades – 2016**

### **I – Introdução**

1. Nos termos do Estatuto do Centro de Investigação (ICPOL), aprovado pela Deliberação n.º 1120/2010, do Conselho Científico conjugado com os artigos 11.º e 15.º do Estatuto do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCP SI), aprovado pela Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, apresenta-se ao Conselho Científico o Relatório de Atividades do ICPOL referente ao ano 2016 para conhecimento.
2. Em 31 de agosto de 2016, por despacho exarado pelo Excelentíssimo Diretor do ISCP SI, o signatário passou a acumular as funções de Diretor do ICPOL, numa lógica de continuidade de negócio.
3. O presente documento foi elaborado para reportar as atividades desenvolvidas entre 01 de setembro a 31 de dezembro de 2016.
4. Junta-se, em anexo, memorando abreviado apresentado pelo Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente em 31 de agosto de 2016.

### **II – Recursos do ICPOL**

#### **2.1 – Organização**

Nos termos do n.º 1 do estatuto do ICPOL, a organização do Centro de Investigação é constituída pelo diretor, pelos Departamentos Científicos e pelo Centro de

Documentação e Informação.

## 2.2 – Departamentos científicos

Em outubro de 2016 realizou-se uma reunião com os Diretores de Departamento Científico, para gizar uma estratégia de dinamização das atividades científicas.

## 2.3 – Investigadores

Nos termos do artigo 9.º do Estatuto do Centro de Investigação (ICPOL), aprovado pela Deliberação n.º 1120/2010, do Conselho Científico, foram endereçados convites a todo o corpo docente do ISCPSI (cursos de mestrado em Ciências Policiais) para participarem como investigadores, permanentes e não-permanentes, nas atividades científicas do ICPOL. Até 31 de dezembro de 2016 aceitaram o convite: 18 doutorados, 10 mestres e 5 licenciados, totalizando 33 investigadores. Foram, ainda, formalizadas quatro extensões contratuais com docentes doutorados do ISCPSI para o desenvolvimento de atividades de investigação. Com esta mobilização de investigadores, o ICPOL conseguiu garantir uma bolsa com mais de 10 investigadores doutorados com dedicação de um mínimo de 30% do seu tempo, facto que permitirá a curto prazo desenvolver todas as formalidades tendentes à avaliação do ICPOL pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) como pequena unidade de I&D.

# III – Atividades de investigação (01SET16 a 31DEZ16)

## 3.1 – Projetos e linhas de investigação

Os projetos em curso inserem-se nas linhas de investigação do Laboratório de Grandes Eventos (cf. Relatório de Atividades do Laboratório de Grandes Eventos).

Foram apresentadas as seguintes candidaturas a financiamento do programa *Horizon 2020* (Comissão Europeia):

- Projeto HARRIER – *Holistic Approach to Crowd Protection against Crime and Terrorism*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020*,

*Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 1: New methods for the protection of crowds during mass gatherings.*

- Projeto PADOVA – Intimated Partner Domestic Violence: Assessment, Prevention and Intervention, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic SEC-07-FCT-2016-2017: Human Factor for the Prevention, Investigation, and Mitigation of criminal and terrorist acts, Sub-Topic 5: New methods to prevent, investigate and mitigate high impact domestic violence.*
- Projeto RespondNet – *First Responder Network on Natural and Interconnected Risks*, no quadro da *Coordination and Support Action H2020, Topic SEC-21-GM-2016-2017: First Responder Network on Natural and Interconnected Risks.*
- *VALID – Video Analytics in Legal Investigation of crime and terrorism*, no quadro da *Research and Innovation Action H2020, Topic: SEC-09-FCT-2017: Toolkits integrating tools and techniques for forensic laboratories.*

### **3.2 – Eventos científicos**

Cinco investigadores do ICPOL participaram no *Global trends in law enforcement training and education – CEPOL Research & Science Conference* – que decorreu em Budapeste (5 a 7 de outubro de 2016), onde apresentaram comunicações.

### **3.3 – Politeia**

Em dezembro de 2016, foi realizada uma reunião com alguns membros da estrutura da Politeia, com o objetivo de preparar a sua continuidade de negócio, formular uma proposta global para reorganizar a sua estrutura e lançar as bases para a redefinição da política editorial.

### 3.4 – Centro de Documentação e Informação

1. O Centro de Documentação e Informação (CDI) a partir de agosto de 2016 ficou com a responsabilidade editorial do ISCPSI, tendo, neste âmbito, publicado em dezembro de 2016 duas monografias: *Ética Policial - Eticidade da coação policial* do Professor Doutor PEDRO CLEMENTE e *Ação Policial face à ação coletiva: teoria para uma estratégia de policiamento de multidões* do Professor Doutor SÉRGIO FELGUEIRAS.
2. No que diz respeito à Revista Científica POLITEIA elaborou uma proposta de Política Editorial da revista e o fluxograma do processo editorial, com o intuito de o Conselho Editorial proceder à candidatura da revista à SIELO (*Scientific Electronic Library Online*).
3. O CDI continuou a preencher o repositório institucional do ISCPSI de dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e de monografias de Licenciatura em Ciências Policiais.
4. O CDI cumpriu com a meta (31 de dezembro de 2016) de introdução de todas as dissertações do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado e não integrado em Ciências Policiais no RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto ao Público.
5. O CDI apoiou os eventos científicos realizados, ao longo do ano letivo, no ISCPSI.
6. O CDI representou o ISCPSI e a PSP na **86.ª Feira do Livro de Lisboa** que decorreu de 26 de maio a 13 de junho de 2016, no Parque Eduardo VII. O evento foi um sucesso promocional da atividade e produção científica do ISCPSI/PSP.
7. De 1 a 4 de setembro de 2016, a convite de Sua Exa. Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo Sousa, o CDI esteve presente na Festa do Livro realizada nos Jardins do Palácio de Belém.
8. O horário da biblioteca foi ajustado, de modo a ir ao encontro das necessidades da comunidade académica e científica: de segunda, terça e

quintas das 08H30-17H30, às quartas-feiras 08H30-19H00 e às sextas-feiras, das 08H30-22H00.

9. O CDI recebeu doações de monografias de privados e procedeu à aquisição de monografias e publicações periódicas, com o apoio dos Serviços Sociais da PSP.
  10. O CDI procedeu ao expurgo dos seus arquivos. Todos os documentos excedentes e sem interesse na coleção da Biblioteca foram oferecidos aos alunos, professores e quadro orgânico.
  11. A livraria da Biblioteca registou um grande aumento de venda de livros. Assim como, estabeleceu contatos com editoras que colocaram à consignação na livraria, livros editados por professores do ISCP SI. Deste modo, tentou-se prestar um serviço de proximidade para com a comunidade científica interna e externa.
6. Registou-se o aumento de **pesquisas seletivas**, conforme quadro abaixo:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Visitas internas e externas	<b>2725</b>
Requisições	<b>2500</b>
Pesquisas seletivas	<b>720</b>

Lisboa e IC POL, 2 de fevereiro de 2017

O Diretor de Ensino

Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras

Intendente

## MEMORANDO ABREVIADO

### *Transmissão de Elementos/Informação*

O presente «memorando abreviado» tem como fundamento a passagem de informação geral e do estado dos processos em execução do ICPOL-Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna: Natureza Estatutária, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Recursos Humanos e Materiais, Cursos & Eventos Científicos, Projetos e Linhas de I&D, Publicações, Cooperação Internacional (lusófona) e Considerações Finais.

MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Lisboa, 31 de agosto de 2016

**MEMORANDO ABREVIADO***Transmissão de Elementos/Informação***1. Natureza estatutária do ICPOL-Centro de I&D do ISCPSI**

O ICPOL- Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna é uma unidade orgânica de I&D das ciências policiais e segurança interna, cujo objeto de incidência são as ciências policiais, as ciências jurídicas e as ciências sociais humanas e políticas, conforme artigo 11.º do Estatuto do ISCPSI [aprovado pelo decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro], e Estatuto do ICPOL, aprovado por Deliberação do Conselho Científico n.º 1120/2010, publicado no DR, II Série, n.º 121, de 24 de Junho de 2010.

As unidades de I&D são unidades orgânicas exigíveis pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, cabendo-lhes desenvolver investigação e produção científica nas áreas centrais dos cursos ministrados pela instituição de ensino universitária a que pertence.

Desiderato prosseguido e cumprido pelo ICPOL desde a sua criação e implementação: promoveu e integrou projetos e linhas de investigação nacionais e internacionais respeitantes às áreas científicas centrais do ISCPSI, como testemunham todas as produções científicas publicadas ao longo dos seus 11 anos de existência [46 publicações do ICPOL-ISCPSI] e dos vários artigos científicos publicados pelos seus investigadores em revistas e capítulos de livros publicados em Portugal e no estrangeiro.

A produção advém, em grande parte, do desenvolvimento de investigação e trabalho integrante dos vários projetos e linhas de investigação assumidas ou associadas

Lisboa, 31 de agosto de 2016

pelo ICPOL com outras unidades de I&D de outras universidades nacionais e estrangeiras: v. g., Universidade do Minho, Universidade de Coimbra, Universidade da Beira Interior, Universidad de Salamanca, Universidad Nacional de Educación a Distancia [Madrid], Università di Bologna, Università Torvergata, Università di Salerno, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão [SOCiUS], UNICAMP – Universidade de Campinas, UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UPorto – Universidade do Porto, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Polícia da Academia Nacional de Polícia – PF do Brasil.

A aferição destes dados está inscrita no *Relatório e Desafios (2005-2013)*, no *Relatório de Atividades de 2014* e no *Relatório de Atividades de 2015*: <http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigID/ID/RelatorioDeAtividades/Paginas/default.aspx>.

Ao Signatário coube a missão de presidir à comissão de instalação do ICPOL – Centro de I&D do ISCP SI [maio a 31 de dezembro de 2004], tendo sido seu Diretor desde 1 de Janeiro de 2005 até ao dia 31 de julho de 2016.

## 2. Fundação para a Ciência e Tecnologia

A preocupação com a avaliação e acreditação dos cursos ministrados pelo ISCP SI impuseram ao ICPOL, desde o início, uma linha de contactos e de busca de apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia [FCT] de modo a conseguir o registo.

Os obstáculos ao registo prendem-se com o facto de o ISCP SI não existir como instituição universitária para a FCT por não se encontrar registado como pessoa coletiva

Lisboa, 31 de agosto de 2016

de direito público e, por essa razão, não ser portadora de um número de identificação fiscal [NIF].

Realizados vários contactos e reuniões, a FCT, em 2013, admitiu o registo do ICPOL-Centro de I&D integrado na Polícia de Segurança Pública, que é portadora de NIF.

Refira-se que a FCT apoiou, algumas vezes, as iniciativas do ICPOL com a atribuição de uma verba mínima financeira para os eventos científicos e para publicações.

O ICPOL tem, neste momento, todos os quesitos – *v. g.*, número mínimo de investigadores integrados [doutores], projetos e linhas de investigação nacionais e internacionais, produção científica publicada em Portugal e no estrangeiro, cursos com investigação associada, plano de atividades anual, comissão externa de acompanhamento – para ser submetido à avaliação da FCT, com a exceção dos quesitos intrínsecos ao ISCPSI:

- Não ser portador de um NIF para não ser pessoa coletiva de direito público e, por essa razão, não existir como instituição universitária para a FCT;
- Não tem plano estratégico quinquenal, ao qual se subordinaria o plano estratégico do ICPOL. Este plano tem sido substituído pelo plano de atividades anual, que integra o plano de atividades do ISCPSI e que, por sua vez, integra o plano de atividades da Polícia de Segurança Pública.

Não obstante esta situação, é imperioso convocar a Comissão Externa da Acompanhamento para que proceda a uma nova avaliação de modo a que se mantenha a preocupação com a prossecução da qualidade científica do ICPOL-Centro de Investigação do ISCPSI.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

### 3. Recursos Humanos e Materiais

Os recursos humanos e materiais tem sido muito escassos como se pode aferir dos vários relatórios de atividades anuais, no relatório 2005-2013 e no relatório da comissão de acompanhamento do ICPOL-Centro de I&D.

Estes documentos respeitam o estabelecido pelo Estatuto do ICPOL e pela legislação nacional, que impõem a publicidade das atividades das unidades orgânicas universitárias e respetivas unidades orgânicas de I&D como desiderato do princípio da transparência, e foram aprovados pelo Conselho Científico do ISCPSI e estão disponíveis *on-line*:

<http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigalD/ID/RelatorioDeAtividades/Paginas/default.aspx>

O ICPOL, durante 11 anos de existência, teve entre 2005 e 2011 um (1) investigador integrado a 100% - o Signatário -, e de 2011 e 2016 dois (2) investigadores integrados a 100% - o Signatário e o Doutor Hermínio Joaquim de Matos.

### 4. Cursos & Eventos Científicos

O ICPOL desenvolveu, desde a sua criação e implementação, *eventos científicos* e *cursos pós-graduados* no sentido de cumprir uma missão de abertura a sociedade civil e de prosseguir uma das atribuições do ISCPSI: apoio a toda a comunidade.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

No campo dos *eventos científicos*, realizou, desde o início, *colóquios, seminários e congressos temáticos*: Segurança Interna; Reuniões e Manifestações; Urbanismo, Segurança e Lei; Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa; Reforma Penal e Processual Penal; Direitos Humanos e Atividade de Polícia; Terrorismo; Ciências Policiais e Política Criminal; Liberdade e Segurança (etc.). Os eventos realizaram-se no auditório do ISCPSI e nas várias instituições universitárias e de ensino superior ou de ensino avançado [CEJ] de Portugal [de norte a sul] e estrangeiro – p. e., Espanha e Brasil – de modo a levar as ciências policiais e atividade do ISCPSI a todo público universitário, político e social. Esta atribuição foi conseguida com o apoio das várias instituições universitárias e políticas locais, assim como de Fundações situadas nas regiões dos eventos.

Os *curros pós-graduados* dividiram-se em três fases:

- a. Criação e promoção de *pós-graduações não conferentes de grau académico* – Procedimento Contraordenacional [4]; Segurança Interna [3]; Gestão Municipal da Segurança [3]; e Gestão Civil de Crises [2] – e de cursos intensivos – Contraterrorismo [5].

Promoveu, em associação com a ESP/ANP-PF do Brasil, o curso de Pós-graduação em Investigação de Criminalidade Organizada, que integra o Projeto *Corpus Delicti*: OB-COR – Observatório de Criminalidade Organizada, cujo primeiro curso com 30 alunos se realizou este ano de 2016 nas instalações da ESP/ANP-PF, em Brasília.

Tem propostos vários cursos intensivos e um curso de pós-graduação

- b. Criação e implementação de um **curso de pós-graduação conferente de grau académico**, ou seja, de um curso de mestrado para toda a sociedade

Lisboa, 31 de agosto de 2016

civil nacional e lusófona: *Mestrado em Ciências Policiais*, com as especializações em Segurança Interna, em Gestão de Segurança, em Criminologia e Investigação Criminal, em Gestão Municipal da Segurança e em Gestão Civil de Crises.

As duas últimas especializações nunca tiveram procura devido à crise económico-financeira que se abateu sobre Portugal, razão pela qual nunca tiveram alunos. As três primeiras especializações estão a funcionar desde outubro de 2010, com exceção da especialização de Gestão de Segurança que iniciou em outubro de 2011. Já se realizaram **8 cursos** com alunos portugueses, angolanos, brasileiros, moçambicanos, guineenses e são-tomenses. Já concluíram o Mestrado em Ciências Policiais 30 [12%] dos 266 alunos matriculados.

Refira-se que, devido ao grau de exigência imprimido ao curso, **muitos alunos optaram por fazer apenas curricular** – que atribui o título de pós-graduado em ciência policiais.

Este curso foi avaliado e acreditado pela A3ES em 2010 e **aguarda renovação da acreditação**, conforme processo de autoavaliação submetido em 28 de dezembro de 2015. Até este momento não foi nomeada a Comissão Externa de Avaliação.

O **IX Curso de Mestrado em Ciências Policiais**, nas especializações em Segurança Interna, em Gestão de Segurança, em Criminologia e Investigação Criminal, encontra-se em fase de publicidade e de inscrição de alunos, sendo que a 31 de julho de 2016 existem 19 alunos inscritos.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

- c. Em 2013, iniciou-se o processo de criação do **curso pós-graduado de doutoramento em ciências policiais** em associação com a Universidade do Minho.

O primeiro processo submetido pelo ISCP/SP à A3ES foi rejeitado liminarmente sem qualquer fundamento legal [maio de 2014], mas com o acordo de que teria de ser a instituição que outorga o título a submeter o processo.

As duas instituições trabalharam em conjunto de forma a terminar o projeto de doutoramento que fosse de encontro às exigências formais da A3ES e impostas pela atual legislação que rege o ensino superior universitário. Este processo foi aprovado em todas Escolas envolvidas e ficou concluído em julho de 2016 com a aprovação do Senado da Universidade do Minho.

O processo **encontra-se em fase de submissão à A3ES** por parte da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo consigo toda a documentação necessária: Fichas de Docente e Fichas de Unidades Curriculares, legislação do ISCP/SP e a fundamentação da necessidade de um Curso de Doutoramento em Ciências Jurídico-Policiais.

O curso de **doutoramento em Ciências Jurídico-Policiais** está previsto começar no próximo ano letivo [2016/2017].

## 5. Projetos e Linhas de I&D

O ICPOP desenvolveu, no início, linhas de I&D associadas aos eventos científicos, e, com o tempo, integrou projetos de I&D e assumiu outros projetos de I&D que se encontram ativos.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Esta atividade do IC POL está bem descrita nos relatórios de atividades – em especial o Relatório de Atividades de Desafios (2005-2013) e os Relatórios de Atividades de 2014 e 2015 – que se encontram disponíveis on-line: <http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigID/ID/RelatorioDeAtividades/Paginas/default.aspx>.

O IC POL integrou e integra projetos de I&D assumidos junto dos órgãos financiadores pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Economia, pela Universidade da Beira Interior, pelo Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, pelo SOCIUS do Instituto Superior de Economia e Gestão, pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), pela Escola Superior Polícia na Academia Nacional de Polícia – Polícia Federal (Brasil).

Dos vários projetos que o IC POL integrou, destacam-se:

- Projecto FCT – Coordenação Europeia Multinacional no Combate ao Terrorismo: os casos de Portugal e Espanha – FCT [PTDC/CPO/64365/2006].
- Projecto FCT – PTDC/IVC-ANT/5314/2012 – COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil.
- Comité Internacional: Proyecto DER2011-26954: Sistema Procesal Penal y métodos alternativos de resolución de conflictos: Análisis crítica y propuestas ante la reforma del proceso penal en el Espacio judicial europeo.
- Projeto FCT – FCT.PIHM/VG/O131/2008:Mulheres nas Esquadras: Crimes de Violência e Relações de Género.
- Projecto QREN/POAT – "Metodologias de Trabalho na área da Divulgação, Promoção e Protecção dos Direitos dos Menores" [2010/2011].

Lisboa, 31 de agosto de 2016

- Projeto Álcool, Sinistralidade e Lazer Noturno em Lisboa.
- Projeto Daphne II – Youth Deviance and youth violence: a European multi-agency perspective on best practices in prevention and control (YouPrev).

O ICPOP assumiu outros projetos de I&D referentes à investigação levada a cabo em dissertações de mestrado integrado em ciências policiais e de fomentação da cooperação internacional, que se encontram em **execução** ou em **fase de implementação**:

PROJETO	RESPONSÁVEIS
MAJOR EVENTS LAB – Laboratório de Grandes Eventos – com três linhas de Investigação	Doutora LÚCIA PAIS Doutor SÉRGIO FELGUEIRAS
Projeto “Adaptação ao Ensino Superior Policial – ADESPOL.	Doutor ANTÓNIO MOREIRA DINIZ Mestre MARIA ISaura ALMEIDA
Projeto DAP – Direito e Atividade Policial	Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE
<i>Corpus Delicti</i> – OB-COR: Observatório de Criminalidade Organizada [ESP/ANP-PF, Universidade de São Paulo, Organização dos Estados Americanos, Georgetown University, Universidad de San Martín].	Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE
TA-FIT: Tactical Athlete - The Police FIT [a implementar com a Educação Física]	Doutor LUÍS MONTEIRO Doutor LUÍS MAÇUSSA
Projeto MOD-SSI – Modelos de Segurança Interna [ainda em fase de implementação]	Doutor MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Urbanismo, Segurança e Lei [ainda em fase de implementação]      Doutora ELISABETE MOURÃO

## 6. Publicações

O ICPOL tem a missão de produzir ciência e publicá-la. Missão que tem cumprido desde o seu início, contando com **46 publicações**. As publicações dividem-se em itens específicos.

Fundou a **POLITEIA – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**, que se encontra na Plataforma Projeto **LATINDEX**: <http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficRev.html?folio=22736&opcion=1>.

Está em fase de integrar a plataforma CIELO.

Foram, nestes **11 anos**, publicados **16 Volumes**, dos quais estão, no prelo, três números temáticos e estudos comemorativos, que vão estar disponíveis até ao final de outubro de 2016.

A POLITEIA tem, desde 2012, uma comissão de avaliação científica – *paper review* – e uma grelha de itens de avaliação. Essa comissão é composta por professores e investigadores doutorados de outras instituições universitárias nacionais e estrangeiras.

Criou uma **Coleção Científica** em parceria com a livraria Almedina, com a qual tem publicado trabalhos de mestrado de Docentes do ISCPSI e produções resultantes de linhas de investigação [**12 Volumes**].

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Esta coleção deu origem às **publicações do ISCP/SP-ICPOL**, que se têm assumido desde outubro de 2014 e com um resultado que se manifesta muito positivo na projeção da imagem institucional, com 8 Volumes/livros publicados, e na arrecadação de receitas.

Promoveu, desde o início, a publicação de **Produções Temáticas** em parceria com a Alameda: *Segurança Interna* [2 Volumes]; *Reuniões e Manifestações* [1 Volume]; *Urbanismo, Segurança e Lei* [2 Volumes].

Publicaram-se, como é da praxis universitária, Estudos de Homenagem e Comemorativos [5 Volumes].

Neste ano transato, decidiu-se propor e foi aceite o pagamento de *direitos de autor* aos autores das publicações do ISCP/SP-ICPOL.

## 7. Cooperação Internacional

O ICPOL teve um papel importante na afirmação da internacionalização do ISCP/SP por meio da promoção de uma intensa cooperação institucional com instituições universitárias e entidades públicas e privadas de referências internacionais.

A ação incidiu:

- Na promoção de *circulação de professores* [Alemanha, Itália, Espanha e Brasil] para lecionação e na promoção de *circulação de alunos* para a frequência de cursos pós-graduados conferentes e não conferentes de grau académico.

Como exemplo desta circulação de alunos, temos o curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal, vindos do Brasil, de Angola, São Tomé, Moçambique e da Guiné.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

- Na promoção de *assinatura de convénios e protocolos* entre o ISCPSI e essas instituições universitárias e entidades públicas e privadas.

As assinaturas de convénios e protocolos com as instituições universitárias estrangeiras são essenciais para o reconhecimento académico e científico do ensino e da investigação produzidos no ISCPSI. Esta estratégia está a dar frutos como prova o reconhecimento pela Universidade de Brasília do Mestrado em Ciências Policiais, na especialização em Criminologia e Investigação Criminal em Direito.

- Na promoção *circulação de professores e investigadores estrangeiros* para participarem como conferencistas em eventos científicos internacionais realizados no ISCPSI e em outras instituições universitárias em Portugal, em Espanha e no Brasil.

- Na promoção de *instâncias de investigadores estrangeiros* no ICPOL de modo a que sejam publicados artigos com referência a essas estadias e orientações de um professor/investigador do ISCPSI.

- Na promoção de **publicações do ICPSI-ICPOL com a participação de autores estrangeiros** e a posterior permuta de publicações.

No que respeita às pessoas de contactos, temos as seguintes:

- ESP/ANP-PF (Brasília): Prof. Msc. ELIOMAR DA SILVA PEREIRA

- PUC-RS (Porto Alegre): Professores Doutores NEREU GIACOMOLLI e ALEXANDRE WUNDERLICH

- UCB (Brasília): Professor Doutor DIAULAS DA COSTA RIBEIRO

- CERE/ACEDIS (Recife): Prof. Msc. MOZART ARAÚJO DOS SANTOS

- ISCJS (Praia): Prof. Msc. JOÃO SANTOS

Lisboa, 31 de agosto de 2016

## 8. Estado dos Processos em Execução

### **CURSOS:**

#### **- Doutoramento em ciências jurídico-policiais**

Encontra-se na fase de submissão à A3ES por parte da Escola de Direito da Universidade do Minho.

Todo o processo se encontra elaborado, finalizado e entregue à EDUMinho. Mas, caso seja necessário, o Signatário está disponível para ajudar em algum ponto académico e científico tendo em conta o conhecimento que detém do mesmo.

#### **- Mestrado em Ciências Policiais**

\* O Processo de Autoavaliação aguarda, desde o dia 1 de janeiro de 2016, nomeação da CAE por parte da A3ES.

\* Os professores já receberam o pagamento das aulas lecionadas de outubro 2015 a julho de 2016.

\* Existem vários alunos com a dissertação entregue e júri aprovado pelo Conselho Científico, cujas discussões vão decorrer nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016: a Dra. Michele Soares está a fazer os contactos com os membros dos júris para discussão pública.

\* As avaliações referentes ao ano letivo 2015/2016 estão a ser entregues pelos professores e comunicadas aos alunos logo que sejam transmitidas ao secretariado e tenham os valores das propinas em dia.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

- \* A partir de outubro de 2016 está programado o processo de análise de cada aluno dos primeiros cursos para notificação daqueles que ainda não defenderam a dissertação do término do tempo de inscrição.

Dessa notificação deve constar a possibilidade de terminarem o mestrado, desde que paguem o valor de reinscrição anual desde o final do 3.º ano útil para a entrega da dissertação, ou seja: o I Curso, desde 1 de outubro de 2013; II Curso, desde 1 de outubro de 2014; III Curso, desde 1 de outubro de 2015; IV Curso, desde 1 de janeiro de 2016.

Esta modalidade já tem um ano de tolerância para demonstrar a disponibilidade em facilitar a vida aos alunos face às dificuldades financeiras têm passado.

- \* Neste momento, ainda não existe qualquer Turma de alunos provenientes do Brasil, onde a crise económico-financeira se agravou e limitou muito as possibilidades de viagem e estudo no estrangeiro por parte dos alunos do Brasil.

- \* Ao abrigo do protocolo de cooperação entre o ISCPSI e a ANP-PF, encontram-se selecionados dois Delegados da Polícia Federal para virem frequentar a especialização em Criminologia e Investigação Criminal, ao longo dos 9 meses do ano letivo. Apenas aguardam informação da data de início do curso para poderem tratar da documentação.

- \* Nesta fase de transição e de modo a não existirem sobressaltos, o Signatário disponibiliza-se ajudar a acompanhar os processos.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

#### - Curso Intensivo de Contraterrorismo

Foram remetidos os materiais de apoio a todos os alunos do V Curso Intensivo de Contraterrorismo.

Os *contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa* de pagamento aos **Docentes** deste curso estão a ser finalizados pelo Signatário e serão, durante o mês de setembro de 2016, entregues à Dra. Michele Soares para que os Docentes possam assinar e emitir o recibo verde de modo a que sejam enviados à Direção nacional da PSP para processamento e pagamento.

#### - Curso de Auditor em Segurança e Justiça

O Signatário vai entregar o processo até ao final do mês de setembro de 2016 [ou início de outubro de 2016].

O atraso deve-se ao facto de existirem professores que ainda não entregaram as Fichas de Docente e as Fichas da Unidade Curricular.

### PUBLICAÇÕES

#### - POLITEIA

Encontram-se, como já referimos, 3 volumes no prelo, referentes aos estudos comemorativos da Politeia dedicados a temas específicos na linha das recomendações da Comissão Externa de Acompanhamento do ICPOL.

Um dos volumes estará pronto até início de outubro de 2016.

Os outros dois estarão prontos no final de outubro/início de novembro de 2016.

O Signatário encontra-se a introduzir as correções nas primeiras provas de cada artigo que os autores solicitaram.

15 ©

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Como havia assumido com o Diretor do Instituto, o Signatário finalizará este *dossier* de modo a manter a estabilidade que estes processos exigem.

#### - Outras publicações

Existe um livro de *Ética Policial* escrito pelo Diretor do Instituto cujo processo vai ser acompanhado pela Dra. Michele Soares, sendo que o Signatário apoiará caso se mostrar necessário e útil: p. e., contacto com as gráficas.

#### PROJETOS

Existem projetos estabilizados, conforme se pode ver no quadro do ponto 5.

Quanto a estes projetos e no que respeita ao Signatário, tem de *se decidir se o mesmo continua ou não a dirigir os projetos de que foi autor e de que é coordenador científico.*

#### 9. Considerações Finais

O ICPOL funcionou ao longo de 11 anos sem meios humanos qualificados e adequados à sua missão. Mas, mesmo assim, conseguiu instalar-se e afirmar-se como demonstram as avaliações dos projetos em que participou, as publicações, os cursos, os eventos científicos, a projeção internacional e o prestígio que lhe é atribuído por vários setores da sociedade académica e científica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Quanto a esta matéria, veja-se o Relatório da Comissão Externa de Acompanhamento, publicado na página do ISCPSI: <http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigat/D/RelatorioDeAtividades/Paginas/default.aspx>

Lisboa, 31 de agosto de 2016

Urge mudar esta linha estratégica.

Na nossa opinião, as questões mais importantes a ter em conta no futuro próximo são:

- Dotar o IC/PSI de **Recursos Humanos Qualificados e Adequados** ao seu funcionamento regular: desenvolvimento dos projetos e linhas de investigação e de desenvolvimento científicos<sup>2</sup>.
- Dotar o ISCP/PSI de **Registo de Pessoa Coletiva de Direito Público** de modo a ser-lhe atribuído o **Número de Identificação Fiscal** para que possa ser registada na FCT e, assim, facilitar a admissão à avaliação do IC/PSI<sup>3</sup>.

O ISCP/PSI não pode aparecer como sendo dependente do IC/PSI, mas deve ser o contrário.

- Aprovar o **Plano Estratégico do ISCP/PSI** e, dentro desse plano, aprovar o **Plano Estratégico do IC/PSI**, ultrapassando-se, para questões de avaliação da FCT e da A3ES, o atual modelo de plano de atividades anual<sup>4</sup>.
- Promover um **Plano de Valorização dos Investigadores Integrados do IC/PSI** por meio de uma remuneração mínima – p. e., modelo de contratação à percentagem de 20% a 60% seguido pelas demais universidades – de modo a que os mesmos se comprometam a desenvolver atividades dentro das linhas de investigação e respetivos projetos e produzam ciência nas áreas respetivas de docência de interesse para os cursos ministrados pelo ISCP/PSI.

<sup>2</sup> Vejam-se os vários relatórios anuais de atividades e o Relatório de Atividades e Desafios (2005-2013) para se perceber as dificuldades com que o IC/PSI sempre se deparou quanto aos recursos humanos e materiais: <http://www.iscpsi.pt/investigacao/investigad/ID/RelatorioDeAtividades/Paginas/default.aspx>.

<sup>3</sup> Quanto a este assunto, foi elaborado por nós um **Parecer Jurídico** e enviado à Direção Nacional da PSP.

<sup>4</sup> Os planos anuais de atividades do ISCP/PSI e do IC/PSI devem manter-se por questões de avaliação anual das atividades no plano interno ou da avaliação dos processos produtivos internos.

Lisboa, 31 de agosto de 2016

- Aprovação de um **Plano Quinquenal Orçamentário para Suporte dos Investimentos Científicos** a longo prazo e de garantia de um mínimo de qualidade da relação laboral entre o ICPOL-ISCP/SP e os investigadores.

É tudo quanto nos cumpre informar e recomendar.

Lisboa, 1 de agosto de 2016

O Signatário,



MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Doutor em Direito